



UFSM

Artigo de Especialização

**SEDE DA ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE
SANTA MARIA:
ESTUDO DE CASO SOBRE A VALIDADE DA
PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES
DESCARACTERIZADAS**

Helvio José Mello Junior

CECREPAC

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**SEDE DA ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE
SANTA MARIA:
ESTUDO DE CASO SOBRE A VALIDADE DA
PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES
DESCARACTERIZADAS**

por

Helvio José Mello Junior

Artigo apresentado ao Curso de Especialização Profissional em Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural.**

CECREPAC

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Tecnologia
Curso de Especialização Profissional em Conservação e Restauro
do Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo de
Especialização

**SEDE DA ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE
SANTA MARIA:
ESTUDO DE CASO SOBRE A VALIDADE DA
PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES
DESCARACTERIZADAS**

elaborada por
Helvio José Mello Junior

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Conservação e Restauro do Patrimônio
Cultural**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes
(Presidente/ Orientador)

Denise de Souza Saad

Dílson Nicoloso Cechin

Santa Maria, 05 de janeiro de 2005

“Cada geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas idéias. Qualquer diminuição desse capital é, portanto, mais um empobrecimento cuja perda em valores acumulados não pode ser compensada, mesmo por criações de alta qualidade.”

(trecho do Manifesto de Amsterdã, de 1975)

AGRADECIMENTOS...

...à quem deu apoio para a realização deste trabalho:
meus familiares;
Associação Italiana de Santa Maria, por seu ex-Presidente,
Carlos Aléssio Rossato;
Presidente do *Circolo* Friulano de Santa Maria, José Zanella;
Historiadora Cátia Regina Dalmolin;
Eng. Gustavo Isaia;
Prof. Caryl Lopes, orientador;
Prof. Denise Saad, coordenadora;
e aos colegas de curso e amigos, próximos ou distantes...

SUMÁRIO

- LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	VII
- RESUMO.....	VIII
- INTRODUÇÃO.....	01
- CAPÍTULO 1 – AS HISTÓRIAS, DE 1875 A 2005	
1.1 - A imigração Italiana e a migração para Santa Maria.....	03
1.2 - A <i>Società Italiana di Mutuo Soccorso di Santa Maria</i>	04
1.3 - De 1938 a 1942: Estado Novo, xenofobia e o fim da <i>Società</i>	07
1.4 - 1992: A Associação Italiana de Santa Maria.....	12
- CAPÍTULO 2 – A EDIFICAÇÃO E SUA HISTÓRIA	
2.1 - O projeto original.....	14
2.2 - Alterações e situação atual.....	15
2.3 - Por que ocorreram as alterações ?.....	16
- CAPÍTULO 3 - CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO	18
- CONCLUSÃO	26
- BIBLIOGRAFIA	28
- ANEXO	31

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Fig 1: Foto primeira sede da <i>Società Italiana di Mutuo Soccorso</i>	32
- Fig. 2: Foto atual da antiga sede da <i>Società</i>	32
- Fig. 3: Projeto da sede da <i>Società</i> na R. do Acampamento.....	33
- Fig. 4: Planta do térreo da <i>Società</i> (projeto).....	34
- Fig. 5: Planta do 2º. pavimento da <i>Società</i> (projeto).....	35
- Fig. 6: Planta do subsolo da <i>Società</i> (projeto).....	36
- Fig. 7: Corte transversal (projeto).....	37
- Fig. 8: Corte longitudinal (projeto).....	38
- Fig. 9: Sede da <i>Società</i> em meados dos anos 30.....	39
- Fig. 10: Sede da <i>Società</i> entre 1938 e 1941.....	40
- Fig. 11: Fachada atual da AISM, modificada após 1942.....	41
- Fig. 12: Planta do Posto de Saúde em 1969 (térreo).....	42
- Fig. 13: Planta do Posto de Saúde em 1969 (2º. pav.).....	43
- Fig. 14: Planta do Posto de Saúde em 1969 (subsolo).....	44
- Fig. 15: Planta atual da AISM (térreo).....	45
- Fig. 16: Planta atual da AISM (2º. pav.).....	46
- Fig. 17: Planta atual da AISM (subsolo).....	47
- Fig. 18: Corte transversal atual.....	48
- Fig. 19: Corte longitudinal atual.....	49
- Fig. 20: Implantação/ Planta de cobertura.....	50
- Fig. 21: Foto fachada atual da AISM.....	51
- Fig. 22: Foto fachada posterior.....	52
- Fig. 23: Foto cobertura.....	52
- Fig. 24: Foto Rua do Acampamento nos anos 20.....	53
- Fig. 25: Foto Rua do Acampamento atual.....	53
- Fig. 26: Foto recepção.....	54
- Fig. 27: Foto secretaria.....	54
- Fig. 28: Foto sala da Direção.....	55
- Fig. 29: Foto biblioteca.....	55
- Fig. 30: Foto <i>Spazio d'Arte</i>	56
- Fig. 31: Foto salão de festas.....	56
- Fig. 32: Foto monumento em Arroio Grande.....	57

RESUMO

Artigo de Especialização
Especialização Profissional em Conservação e Restauro
do Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

SEDE DA ASSOCIAÇÃO ITALIANA DE SANTA MARIA: ESTUDO DE CASO SOBRE A VALIDADE DE PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES DESCARACTERIZADAS

Autor: Helvio José Mello Junior

Orientador: Caryl Eduardo Jovanovich Lopes

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 05 de janeiro de 2005

O trabalho visa discutir a validade da preservação da atual sede da Associação Italiana de Santa Maria. Para tal foi feita uma revisão de literatura sobre a história da imigração italiana na região central do estado e em Santa Maria e das associações que congregaram a comunidade ítalo-brasileira ao longo do tempo, bem como do período histórico, crítico, de que a edificação é testemunha. Também foi feita uma análise da trajetória física desta edificação, levando-se em conta as diversas ocupações e conseqüentes alterações que teve na sua estrutura. Esta reconstrução histórica, juntamente com uma análise de conceitos, critérios e legislações sobre preservação do patrimônio, permitiu concluir que, pela importância desta edificação como guardiã de memórias e vivências da comunidade ítalo-brasileira de Santa Maria, bem como testemunha física de um período histórico extremamente significativo, ela é merecedora de um processo de preservação.

INTRODUÇÃO

Dentre os prédios existentes ao longo da Rua do Acampamento, centro de Santa Maria, um não se destaca tanto na paisagem urbana. A sede da Associação Italiana de Santa Maria (AISM), com sua fachada principal podendo ser classificada dentro do estilo “Art Deco” (ou “protomodernista”), desperta poucos sentimentos favoráveis à sua preservação. A simplicidade desta edificação e do tratamento de sua fachada principal, parecem um tanto desprovidas das qualidades que a fariam ser enquadrada como *patrimônio arquitetônico*. Porém a grande maioria das pessoas (inclusive os próprios freqüentadores da AISM) desconhece a história desta e de sua representatividade para a comunidade de descendência italiana de Santa Maria.

O prédio foi construído entre os anos de 1913 e 1914, para ser a sede da *Società Italiana di Mutuo Soccorso di Santa Maria*. Em 1942 passa a pertencer ao estado. Era o período da 2ª Guerra Mundial e o Brasil, do Governo de Getúlio Vargas, estava em estado de guerra contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Uma onda de perseguições e violências contra os representantes destas etnias toma conta do país. Há a proibição do funcionamento de entidades que mantivessem relações com a cultura, a economia, a política, etc. dos países então inimigos. As retaliações não se limitam às instituições, mas às pessoas também. Inúmeros são os casos de prisões, violências e perseguições de toda ordem cometidas contra os alemães, italianos e japoneses e seus descendentes, ao longo destes anos.

Ao serem proibidas as atividades das associações que congregassem os membros das comunidades imigradas, não houve alternativa à diretoria da *Società Italiana di Mutuo Soccorso* senão encerrar as atividades da entidade e entregar o imóvel que lhe servia de sede ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Imediatamente foi feita uma reforma que modificou radicalmente a identidade do prédio, além de

modificações internas para instalação do Centro de Saúde. A fachada principal perde sua característica original eclética e toma as feições que tem hoje. Teria sido essa modificação da fachada movida somente pelo desejo de mudar, pura e simplesmente, ou haveria aí uma forma velada de repressão à comunidade italiana ?

No ano de 1996 há a retomada da posse do imóvel pela Associação Italiana. Mais modificações internas são feitas para adaptação às novas necessidades funcionais. A AISM, hoje, é uma entidade dinâmica que promove inúmeros eventos e atividades na sua sede. Estas, muitas vezes, são afetadas pela inadequação dos espaços físicos.

A proposta deste trabalho é verificar a validade, ou não, da preservação da sede da AISM. Levando-se em conta a história da edificação, seu simbolismo (passado e presente) para a comunidade italiana da cidade, o período conturbado que ela é testemunha e as reformas feitas ao longo do tempo, buscou-se, através dos conceitos e critérios de preservação do patrimônio arquitetônico e da análise da legislação atual disponível, a resposta para esta questão.

No capítulo primeiro foram feitas considerações sobre a história da imigração italiana na região e em Santa Maria, a história da *Società Italiana di Mutuo Soccorso*, o período da 2ª Guerra Mundial e do Estado Novo, finalizando com o reinício das atividades por parte da comunidade de origem italiana na cidade, bem como da retomada de sua antiga sede.

No capítulo posterior há a descrição do projeto original, das modificações ao longo do tempo e da situação atual da sede da AISM. Também foram levantadas hipóteses que expliquem a notável descaracterização da fachada principal.

No terceiro capítulo foi feita uma revisão bibliográfica de conceitos referentes à preservação do patrimônio, buscando-se o aporte teórico para definir a validade da preservação da sede da AISM.

CAPÍTULO 1

AS HISTÓRIAS, DE 1875 a 2005

1.1- A imigração italiana e a migração para Santa Maria

Afetados pelas condições de extrema pobreza que assolava a Itália na segunda metade do século XIX, milhares de famílias viam na ida ao Brasil a chance de melhoria de vida. Porém, a propaganda sedutora elaborada por empresas de imigração não refletia a realidade encontrada pelas levas de imigrantes que aportaram no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul a partir de 1875.

Dentro de um projeto oficial de ocupação e povoamento da província, foram destinadas aos imigrantes italianos inicialmente as terras da encosta da serra do Nordeste. As Colônias Conde D’Eu, Dona Isabel e Caxias (hoje respectivamente as cidades de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul), foram criadas para receberem os pioneiros.

A ocupação dos lotes nestas colônias forçou o governo a procurar por terras devolutas em regiões pouco povoadas para receberem novas levas de imigrantes. A posição central e a perspectiva de acesso fácil fizeram da região localizada à Nordeste de Santa Maria a escolhida para o estabelecimento de uma nova colônia.

A partir de outubro de 1877 as primeiras 70 famílias italianas acampam no mesmo barracão que serviu de abrigo à imigrantes russos e poloneses (uma primeira tentativa de colonização da região entre 1874 e 1875). A localidade de “Val de Buia” era o ponto de partida para a ocupação da então Colônia Silveira Martins, marco inicial das cidades da região, hoje conhecida como “4ª. Colônia de Imigração Italiana”.

Ao contrário das três primeiras colônias estabelecidas na serra, esta nova possuía uma aparente vantagem, que se revelou posteriormente muito ingrata: estava muito próxima à um centro urbano estabelecido, no

caso a cidade de Santa Maria. A facilidade de deslocamento ocasionado pela pouca distância e posteriormente pela linha férrea, fez com que em 1880 iniciasse a migração para a cidade.

A transferência de expressiva parcela de imigrantes para Santa Maria deveu-se principalmente à pouca aptidão de alguns para as tarefas agrícolas e pelo desejo de explorarem outras atividades econômicas. A construção da ferrovia Porto Alegre – Uruguaiana absorveu muitos que estavam estabelecidos na região próxima (assim como atraiu outros tantos imigrantes vindos de Porto Alegre e das colônias da serra), mas a maioria buscou o comércio de pequeno porte de secos e molhados. Estes preferiram se estabelecer na região leste de Santa Maria, nos caminhos que uniam a cidade à 4ª. Colônia. Esta proximidade entre elementos de mesma etnia pode ser avaliada como uma necessidade natural de segurança e de auto-preservação diante de um território novo. Assim, a ajuda mútua e a preservação das características culturais que traziam, ficariam facilitadas.

1.2- A *Società Italiana di Mutuo Soccorso di Santa Maria*

Ainda antes à imigração em massa de italianos foi registrada a fundação da primeira associação italiana no Rio Grande do Sul. A *Società di Mutuo Soccorso Beneficenza* foi criada na cidade de Bagé em 1870. Porém teve vida efêmera, devido ao seu isolamento numa cidade da fronteira e com poucos membros ativos. Somente com a presença de uma grande população de imigrados, é que as associações italianas foram sendo fundadas e se consolidando no estado. A primeira dessa nova fase foi a *Società di Mutuo Soccorso e Benevolenza*, fundada em Porto Alegre em 1877. Em 1925 existiam 64 associações no estado.

O fim básico e declarado destas instituições era aglutinar os elementos imigrados e seus descendentes, provendo-lhes amparo material e fraternal aos que estivessem passando por momentos difíceis.

Rios (2001), citando Constantino e Ospital, afirma que

Os primeiros imigrantes utilizaram sociedades porque precisavam afirmar-se na sociedade em que estavam inseridos, além de prestarem mútuo socorro; num segundo momento, utilizaram as mesmas sociedades para *fazerem parte*, para promoverem assimilação, o que foi possível através de elaboradas negociações com a cultura autóctone, intermediados por símbolos. (RIOS, 2001, p. 43)

A *Società Italiana di Mútuo Soccorso di Santa Maria* foi fundada em 1º de abril de 1896. Tal atraso é natural visto que a cidade não foi a meta dos primeiros imigrantes, mas sim o destino de um fluxo migratório posterior. Vinte e um membros estiveram presentes na residência de Eugênio Saccol e assinaram a Ata de Fundação.

As reuniões ocorriam nas residências dos associados e em outubro de 1897 foi instalada a primeira sede social, no segundo pavimento de um sobrado à Rua do Comércio, nº. 89 (atual Calçada Salvador Isaia).

A construção da primeira sede própria (Fig. 1 e 2) é iniciada em setembro de 1898, em terreno adquirido na face oeste da Praça Tiradentes, próximo à Intendência Municipal e ficou a cargo (projeto e execução) do italiano Cesare Dacorso, que atuava em Santa Maria desde 1880 e era uma das referências na cidade no ramo da construção civil.

Em 1911 esta sede é vendida para a Diocese de Santa Maria, que instala ali o Palácio Episcopal (ocupado até 1942, quando passou a funcionar o Pensionato Sta. Terezinha).

De 1911 à 1914 as atividades da *Società* se realizam na sede do Clube Caixeral, na Rua Floriano Peixoto, em frente ao Ginásio Santa Maria. Ainda em 1911 havia sido adquirido um terreno para a construção da nova sede da associação, localizado na Rua do Acampamento. Esta

foi iniciada em 1913 e concluída no final de 1914 e esteve a cargo de Isidoro Grassi, que projetou a fachada principal em estilo eclético, porém executou-a diferente do projetado (Fig. 3-projeto; 9 e 10 -executado).

A sede passa a ser um ponto de intensas atividades da comunidade italiana da cidade. Sessões literárias, musicais, palestras, etc. movimentavam a sociedade. Em 1931 foram inauguradas canchas de bocha e de bolão nos fundos da sede. No ano seguinte, o maestro Garibaldi Poggetti funda o “Grupo Corale Arrigo Boito”. No decorrer do tempo foram criados o “Palestra Ping-Pong” e o “Grupo Carnavalesco Venezianos”, que fez história no carnaval santa-mariense, sendo os bailes da associação considerados entre os melhores da Santa Maria da época. Belém (1933) faz uma descrição da integração existente entre a *Società* e a comunidade local:

A sociedade tem sido, durante a sua já longa existência, para a colônia italiana de Santa Maria, o núcleo principal, de onde partem e onde se apóiam todos (sic) as iniciativas destinadas a elevar o bom nome da nacionalidade.
(...) Por outro lado, procurou sempre cultivar com especial carinho os sentimentos de amizade que a liga às demais associações de Santa Maria e, por conseqüência, à coletividade da terra hospitaleira em cujo seio há cerca de 40 anos foi fundada. (BELÉM, 1933, p. 269)

O Intendente Antonio Xavier da Rocha (1937-1941) cria em 1938 a Biblioteca Pública Municipal. A falta de um espaço adequado o fez negociar com a *Società* a cedência do pavimento superior para a instalação da Biblioteca, ali funcionando até 1941 (Fig. 10), quando foi transferida para o antigo Theatro Treze de Maio.

Pode-se considerar ter sido este o marco simbólico do início do desmantelamento da *Società Italiana*. O mesmo ano de 1938 marca o início de uma série de medidas com vistas à nacionalização da cultura Brasileira, incluindo medidas restritivas às liberdades de associação dos estrangeiros e seus descendentes.

1.3- De 1938 a 1942: Estado Novo, xenofobia e o fim da *Società*

O regime do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas, com a outorga da Constituição em 10 de novembro de 1937, tinha por diretrizes a modernização econômica e social do Brasil, marcada pelo intervencionismo estatal na economia. Além disso, a nova constituição e as leis posteriores, em especial as editadas em 1937 e 1938, deixam claras as intenções nacionalistas e de combate às atividades estrangeiras no país, sejam elas de caráter econômico, cultural ou político. Um dos pontos altos desta política foi o Decreto de Nacionalização da Língua, proibindo o ensino de línguas estrangeiras no território nacional, bem como de sua utilização no dia-a-dia.

Conforme Sganzerla, *apud* Dalmolin (2002):

A integração, como fator de unidade e independência nacional, justificou-se pela proposta de eliminar as diferenças étnicas que existissem na população brasileira e de criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura (...) Getúlio Vargas buscava, com a política de nacionalização, a constituição de um Estado único, onde as diversidades regionais passassem a ser atores coadjuvantes, ao lado do protagonismo reservado à identidade brasileira. (DALMOLIN, 2002, p.03)

Em 18 de abril de 1938, Getúlio Vargas edita o Decreto-Lei nº 383. Nele, cria uma série de medidas restritivas à membros de comunidades estrangeiras e de seus descendentes, com o objetivo de proibir as atividades políticas de entidades e de elementos “não-brasileiros”. A maior preocupação era quanto às relações que estas entidades teriam com agremiações políticas no país de origem. Também eram proibidos clubes, sociedades, fundações, companhias, etc. com sede principal no exterior.

Observa-se um abrandamento das normas em relação às associações com fins culturais, recreativos, de assistência ou beneficentes, bem como havia o direito dos estrangeiros comemorarem

suas datas nacionais ou patrióticas, desde que autorizados pelas autoridades policiais.

Em princípio, as Sociedades Italianas não são afetadas por esta medida, já que não possuíam fins políticos. Porém o artigo 5º. do mesmo decreto veda a associação a estas entidades de brasileiros natos (ou naturalizados), mesmo que descendentes de estrangeiros. Estava assim decretado o fim das mesmas, já que a não renovação de seus quadros associativos e o desaparecimento dos seus membros nascidos no exterior, seria o fator de desativação gradual das atividades.

Considerando que em 1938 a *Società* tinha 42 anos de atividades e haviam decorridos 61 anos desde a chegada dos primeiros imigrantes, pode-se supor que boa parte dos associados já era de origem brasileira, sendo os italianos natos em número reduzido. Como se verificou anteriormente, havia a proibição legal de que brasileiros natos se associassem à entidades de caráter estrangeiro, estando assim parcela considerável dos membros da *Società* em desacordo com a Lei e sujeitos às sanções legais.

Talvez já sofrendo os efeitos deste decreto, a diretoria da *Società* no mesmo ano de 1938 (outubro) cedeu seu salão de festas no 2º. pavimento para a instalação da recém criada Biblioteca Pública Municipal. Pode-se considerar a hipótese desse gesto possuir intenções “políticas”, com o objetivo de mostrar à sociedade santa-mariense a boa vontade de uma associação “estrangeira” para com as ações que visassem a propagação da cultura brasileira.

O ambiente gerado pela eclosão da 2ª. Guerra Mundial na Europa, foi tornando-se cada vez pior para as comunidades de imigrantes e seus descendentes. No Rio Grande do Sul, que possuía regiões inteiras colonizadas por alemães ou italianos, os casos de perseguições, prisões e vandalismos contra as pessoas de origem européia e seus bens foram bastante generalizados.

Em Santa Maria isto pode ser medido pelas notícias divulgadas pela imprensa. Dalmolin (2002) demonstra o engajamento da imprensa local com a política nacionalista federal. São numerosas as notícias e artigos no Jornal “A Razão” louvando as medidas de nacionalização da língua e as que dificultavam as atividades de entidades estrangeiras. Somando-se a isto, há uma clara e manifesta incitação à medidas repressivas contra os cidadãos de origem “não-brasileira”.

A demora do Governo Vargas em aderir à Guerra, decretando as Regras de Neutralidade, fez crescer no País a pressão para que o Brasil declarasse Guerra ao Eixo, ao lado dos Aliados. A relutância do Governo acaba quando do afundamento de navios cargueiros brasileiros, supostamente por submarinos alemães. Eclodem pelo país manifestações favoráveis ao Estado de Guerra.

Em alguns casos, tais manifestações não se limitaram à retórica. Em Santa Maria e na região da 4ª. Colônia os casos de prisões são freqüentes e largamente noticiados pela imprensa, bem como da divulgação de artigos que ridicularizavam os costumes de elementos estrangeiros e sua despreocupação em assumir a identidade e cultura brasileira. Mas principalmente sugerem os perigos que estes trariam ao país, por força de uma suposta ligação entre eles e os países do Eixo. O ambiente criado em meio à população “brasileira” era extremamente negativo contra as comunidades italianas e alemãs.

Um momento crítico desse período foi registrado na noite de 18 de agosto de 1942. Um comício, convocado pelos ferroviários, resultou em um grande “quebra-quebra” protagonizado pela população, instigada pelos discursos que pregavam a entrada do Brasil na Guerra. Segundo Dalmolin (2002):

Pela imprensa local este “ato de selvageria” foi tratado como “extraordinária e excepcional exaltação patriótica” apenas como resposta “à traiçoeira afronta totalitária” o que acabou “também se manifestando em diversos atos de revide” (DALMOLIN, 2002, P. 09)

O Jornal A Razão de 20 de agosto de 1942, *apud* Dalmolin (2002), notícia:

(...) a população de Santa Maria está vivendo momentos de extraordinária e excepcional exaltação patriótica, exteriorizando (sic), através de calorosas manifestações públicas, o seu protesto contra as agressões covardes e sanguinárias desferidas à dignidade do Brasil, pelo barbarismo totalitário. O comício de ante-onde (sic), realizado por iniciativa da classe ferroviária e ao qual se associou a população em geral, foi, em verdade um acontecimento memorável, de civismo e ardor patriótico. (...) A repulsa da multidão à traiçoeira afronta totalitária também se manifestou em diversos atos de revide. Assim, apesar de todas as medidas de vigilância de precaução adotadas pelas autoridades policiais, foram depredadas numerosas casas comerciais e fábricas de propriedade de súditos do eixo, bem como de simpatisantes (sic). Muitos objetos retirados de residências dos países totalitários e brasileiros foram levados, pelos populares para o chafariz da Praça Saldanha Marinho e ali mergulhados. (DALMOLIN, 2002, p. 9-10)

A direção da *Società* já havia vislumbrado desde a edição do Decreto 383, em 1938, a impossibilidade de continuação de suas atividades. Isto fica claro quando, em carta de 15 de maio de 1942, poucos dias após a doação da sede ao estado, o ex-intendente Xavier da Rocha escreve ao Sr. Antonio Lozza (presidente da *Società* à época), o saudando pelo gesto da associação em se definir pela doação do imóvel e recordando uma troca de “idéias com o presado (sic) amigo sobre o destino que deveria dar a este próprio (...)” (jornal A Razão, 20/05/1942, p. 03), quando do empréstimo do salão da sociedade para instalação da Biblioteca Pública. Fica claro pois, que a direção da sociedade já se preocupava com os destinos da sua sede, haja vista as restrições impostas pela Lei.

A doação da sede é controversa. Os registros jornalísticos da época dão conta que o gesto teria surgido por iniciativa dos próprios associados. A assembléia de dissolução da *Società*, ocorrida em 10 de maio de 1942,

toma a resolução de doar o imóvel ao governo do estado para que nele fosse instalado o Centro de Saúde. A notícia veiculada se refere ao fato como “de elevada finalidade”, obtendo “a mais simpática repercussão”, sendo que os doadores manifestam “a sua boa vontade em colaborar com o governo riograndense e de cooperar com o progresso de santa Maria” (jornal A razão, 07/05/1942, p.03).

Em Rios (2001) o ato de doação da sede da *Società* é visto por depoentes de forma diferente da “versão oficial”. O Sr. Valmor Torri afirma que os sócios foram obrigados a doarem o prédio:

(...) chamaram os sócios existentes naquela época e disseram assim: ‘você são obrigados a nos doar o imóvel porque é uma lei do Getúlio’. Então eles fizeram uma reunião e obrigaram os cara a fazer uma doação voluntária. Só que essa doação voluntária não foi voluntária. (...) Claro que não há dúvidas que doamos o prédio porque fomos obrigados. (RIOS, 2001, p.133)

Em outro depoimento, o Sr. Neuton Pasin detalha o episódio:

(...) a tomada da nossa sede, onde três viaturas do exército, numa noite de 1942 recolheram os associados da Associação Italiana, forçaram uma assembléia e forçaram a entrega da sede para o governo do estado: ‘ou vocês entregam a sede ou nós tomamos a força.. (RIOS, 2001, p.134)

Era o fim da *Società Italiana di Mutuo Soccorso di Santa Maria*.

Na 4^a. Colônia, as sociedades existentes não tiveram melhor sorte. A *Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I^o. Fra Gli Operai Italiani*, de Silveira Martins, fundada em 1885, passa a designar-se Clube Silveira Martins (hoje, Clube Agrícola e Recreativo Silveira Martins). No distrito de Arroio Grande, a *La Società Italiana Pátria e Soccorso Duca degli Abruzzi*, fundada em 1896, é extinta. Importante registrar o ato de violência cometida contra esta associação. Em 1913, ela ergueu um monumento em homenagem aos soldados italianos mortos na guerra da Líbia. Mais

tarde foi afixada uma lápide em memória dos mortos na 1ª. Guerra Mundial, sendo decorada com o busto do Rei Vittorio Emanuel III (o “Rei Soldado”). Após a dissolução da associação, ocorrida em 20 de setembro de 1941, este monumento foi demolido à mando do chefe de polícia local. Tal fato, ocorrido em 1942 demonstra o quadro da repressão na época: em plena região colonizada por italianos, um símbolo da etnia é destruído. (Fig. 32)

1.4- 1992: A Associação Italiana de Santa Maria

Por décadas, a comunidade de origem italiana de Santa Maria permaneceu distanciada da cultura de seus antepassados. Os efeitos da repressão no período do Estado Novo foram sentidos e a política de nacionalização foi efetivamente bem sucedida, uma vez que falar idiomas aprendidos nas relações familiares se tornou, no imaginário da sociedade e mesmo dos descendentes de imigrantes, uma característica um tanto pitoresca e sinal de “atraso” cultural.

Somente a partir das comemorações do centenário da imigração, em 1975, é que se observa um ressurgimento nos sentimentos de “italianidade”. As festividades fazem com que nos descendentes de imigrantes surgisse o desejo de se “redescobrirem”.

Em 25 de julho de 1985 é fundada em Santa Maria a Sociedade de Cultura Ítalo-Brasileira Dante Alighieri, com o objetivo de retomar alguns aspectos da cultura italiana. Em 1991 a Sociedade promove a primeira Semana Cultural Italiana de Santa Maria.

Uma reunião em 13 de novembro de 1991, cria uma comissão que viria formatar a Associação Italiana de Santa Maria. Registrada em cartório em 28 de julho de 1992 (na verdade houve uma reformulação do registro da Sociedade Dante Alighieri), a AISM empossa sua primeira

diretoria a 30 de setembro de 1992, passando a funcionar no ano seguinte em imóvel cedido pela Prefeitura de Santa Maria.

Em 1994 a AISM entra com processo junto ao Governo do Estado requerendo a retomada da sede da *Società di Mutuo Soccorso*. A Assembléia Legislativa aprova por unanimidade a devolução do prédio.

Em 29 de agosto de 1996, um jantar comemora a retomada da antiga sede da *Società italiana*.

Atualmente, a AISM é estruturada da seguinte maneira:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Deliberativo;
- Conselho Fiscal;
- Secretaria;
- *Circolli* Vêneto, Friulano, Lombardo e Emilia-Romagnolo;
- Espaço Cultural “*Spazio d’Arte*”;
- Biblioteca “Dr. Nicola Turi” (com cerca de 700 títulos);
- Coral Giuseppe Verdi (fundado em julho de 1985);
- Coro Trivêneto (fundado em março de 2003);
- Grupo Folclórico *Felic’Itália* (fundado em 1989);
- Curso de Língua e Cultura Italiana (em convênio com a UFSM).

Existem cerca de 1.400 sócios na AISM, incluindo-se os cerca de 370 alunos do Curso de Italiano, que obrigatoriamente devem se associar (dados de dezembro de 2004).

É comum a realização na sede de eventos sociais e culturais, tais como exposições de arte, lançamento de livros sobre a cultura italiana, palestras, cursos, apresentações dos grupos artísticos, etc. Os jantares “temáticos” (Noite da Polenta, Noite das Massas, Noite do Gnochi, entre outros) atraem um número muito expressivo de associados e a comunidade em geral. Alguns eventos são realizados em outros espaços da cidade, devido a falta de estrutura da sede da AISM que não atende a demanda.

CAPÍTULO 2

A EDIFICAÇÃO E SUA HISTÓRIA

2.1 – O projeto original

A edificação que sedia a Associação Italiana de Santa Maria, passou por várias modificações físicas desde 1914. Verificando o projeto original, pode-se dizer que até mesmo a fachada projetada sofreu modificações radicais antes de ser executada. Não se pode verificar se as plantas seguiram o proposto. (Fig. 3 a 8)

Os registros gráficos do projeto original mostram uma edificação que teria quatro portas, sendo que o térreo seria ocupado por dois espaços comerciais, ficando o subsolo e o 2º. pavimento reservados à *Società*. O acesso à estes pavimentos se daria por escadas externas, localizadas na lateral direita do terreno.

Observa-se a diferença entre o projeto original da fachada principal e a que foi executada. Concebida no estilo eclético, ela é bastante carregada de elementos decorativos. No entanto, desde as fotos mais antigas desta edificação, nota-se uma fachada eclética bem mais simples, com ornamentação bastante discreta.

Outra característica do projeto que chama a atenção é a inexistência da 5ª. porta, na lateral esquerda. Desde os primeiros registros fotográficos, se verifica a existência desta última porta que dá acesso à escadaria que leva ao 2º. pavimento. Supõe-se que, pela disposição final da fachada pronta, a construção da escada ocorreu junto com a edificação, pois o surgimento de uma 5ª. porta e janela (no andar superior), pediriam um tratamento diferenciado para a porta e janela localizadas na posição central da fachada, o que de fato ocorreu.

O subsolo apresenta dois salões, divididos longitudinalmente. O da direita apresenta três portas em arco, voltadas para o corredor lateral.

Atualmente são visíveis, no 2º. pavimento, restos de parede presas ao forro, com técnica de execução em estuque (estrutura de madeira, revestida com argamassa). A localização destas paredes não coincide com as plantas do projeto, não se podendo supor a época de construção.

2.2 – Alterações e situação atual

A partir da tomada da sede pelo estado em 1942, esta sofreu radicais modificações. A mais significativa, na fachada principal. (Fig. 11) Os motivos que levaram a completa descaracterização da fachada de estilo eclético por uma, pode-se dizer, de estilo Art-Deco são discutíveis e não foram encontrados documentos que os elucidassem. Posteriormente serão analisadas algumas hipóteses.

Um levantamento cadastral realizado pela Secretaria de Obras do Estado, em 1969, dá a disposição das plantas naquele momento, para atender ao Posto de Saúde. As principais modificações na estrutura foram a execução de piso de concreto no térreo (substituindo o de madeira) e a construção da escada de alvenaria. (Fig. 12 a 14)

Após a retomada pela Associação Italiana em 1996, mais mudanças foram feitas para atender à entidade. A necessidade de um salão amplo para a realização de eventos fez retornar este tipo de espaço à edificação, de área próxima à verificada no projeto original. As atividades administrativas e os espaços culturais (biblioteca, sala de leitura e sala de exposições) foram distribuídos no térreo, juntamente com a copa (que também serve de depósito geral), enquanto as salas de aula ocupam o subsolo. (Fig. 15 a 19 e 26 a 31) A área construída é de 545,41m². Desconsiderando as paredes, tem-se 467,70m² de área interna. O terreno possui 435,12m² e a edificação ocupa 41% do mesmo.

De uma forma geral, a edificação está em boas condições físicas, não apresentando graves problemas estruturais aparentes. O piso do 2º.

pavimento e a estrutura da cobertura são os locais que merecem maior atenção, pois sendo de madeira, apresentam desgaste natural com o passar do tempo. As alvenarias estão em bom estado, sendo percebidos pequenos pontos de descolamento do reboco (na área externa). A patologia mais aparente é a umidade ascendente nas paredes do subsolo e a presença de biodeterioração nas paredes externas.

2.3 – Por que ocorreram as alterações ?

Dentro da área de “preservação e restauro”, é um tanto arriscado levantar hipóteses a respeito da história pregressa dos objetos em estudo, sem as devidas provas materiais e documentais. Porém é válido explorar algumas possibilidades a respeito das modificações ocorridas na fachada principal da sede da *Società*, por ser essa a modificação mais visível feita na edificação e que pode demonstrar a importância da mesma enquanto testemunho de fatos do período.

As motivações de ordem “conceitual” parecem ser aceitáveis. Desde a Revolução de 30, o discurso e as ações do Governo Vargas tratavam da modernização do país. A arquitetura da época mudava suas concepções e o “moderno” começava a fazer parte da paisagem urbana*. A conjugação do discurso oficial de construção de um país “moderno” com a arquitetura daquele momento, facilitou a assimilação por parte dos governos desta arquitetura que reproduziria materialmente e de forma bastante visível, os ideais preconizados por eles. São incontáveis as edificações públicas (Correios, hospitais, prefeituras, escolas, etc.) da época, em que o conceito de “moderno” foi adotado no projeto.

(*) Ainda não se pode falar em “arquitetura modernista”, que viria aparecer com força nos anos 50. O que havia nos anos 30 ainda era um “protomoderno” ou “Art-Deco”, que na época era chamada de arquitetura “moderna” ou “futurista”.

Pode-se considerar daí que a modificação da fachada eclética da extinta *Società*, para uma de “inspiração” Art-Deco, tenha tido o objetivo de dar uma imagem de “prédio público” à edificação que se tornava um patrimônio do estado. Porém, não se verificaram casos análogos, pois nesse mesmo período, prédios em estilo eclético que abrigavam repartições públicas mantiveram suas características originais.

Outra hipótese, também a ser considerada e bastante plausível, está relacionada diretamente à intolerância contra as comunidades de imigrantes oriundos dos países do Eixo. Os fatos registrados contra as comunidades estrangeiras no período do Estado Novo já foram referidos no capítulo 1. Deve-se considerar se tais fatos não teriam criado um ambiente favorável a esta descaracterização.

A destruição de bens é uma forma de enfraquecer não só materialmente, mas também moralmente as pessoas e grupos a quem se quer afetar. A destruição material de uma estrutura física (ou sua radical modificação) teria por objetivo apagar da memória tanto da população “neutra” quanto de determinado grupo social a história anterior e os significados simbólicos de tal estrutura.

Uma sede construída pela comunidade italiana, que durante cerca de 30 anos foi o ponto de reunião e local de tantos eventos marcantes para a comunidade, estava naturalmente impregnada de lembranças e memórias. Quantos moradores da época não reconheciam aquele prédio como “o prédio da Sociedade Italiana”, ainda que não participassem dela?

Com a substituição de um elemento visível e representativo da *Società*, dá-se o rompimento de um processo de identificação e reconhecimento por parte das pessoas do seu valor simbólico e da instituição que ela abrigava. Numa época em que a xenofobia era muito presente, a alteração radical de um “símbolo” da etnia por parte do Estado, após um controverso e “mal contado” processo de “doação”, parece uma hipótese a ser considerada ao se contar a história desta edificação.

CAPÍTULO 3

CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO

A começar pelos tratadistas do século XIX, passando pelas Cartas Patrimoniais e chegando em critérios técnicos e “políticos” especificados nas legislações atuais, tem-se buscado definir os conceitos e critérios para definir o que é *patrimônio* e também orientar ações de intervenção.

Nestes conceitos, a carga histórica que determinada edificação possui é sempre extremamente destacada, não importando a abrangência que ela possua: seja para uma pequena comunidade ou para a humanidade.

Na Carta de Veneza de 1964, o artigo 1º. valoriza a significação histórica do monumento, definindo que

A noção de Monumento Histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (Carta de Veneza, 1964, Art. 1º.)

O termo “Monumento”, que está muito ligado à idéia da grandeza física de determinado objeto, nesta definição é aplicado também à edificações de menor porte, ficando claro que toda obra que possua algum significado, merece os devidos cuidados para sua preservação. Edificações mais simples, mas que tenham ao longo da sua existência servido como testemunho de fatos relevantes para determinada comunidade ou grupo social, ficam resguardadas nas suas características, ainda que modestas, como forma de preservação da memória que carregam.

Meira (2004), ao descrever o surgimento do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1930, relata que “nas primeiras décadas de funcionamento da instituição, privilegiaram-se critérios estéticos e históricos, vinculados à produção erudita ou à fatos memoráveis da história nacional que se achavam ameaçados” (p. 16). A mesma autora observa que com o tempo este conceito foi sendo ampliado, passando de “patrimônio histórico e artístico” para “patrimônio cultural”, englobando daí as especificidades de cada região.

Ainda na Carta de Veneza, o Artigo 3º. define que “a conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.”

Este artigo iguala a importância estética e a histórica do bem. Os processos históricos de que um determinado objeto arquitetônico é testemunha, estão inevitavelmente associados a ele, seja na sua participação direta nos fatos, seja por fazer parte do “cenário” urbano em que ocorreram tais fatos, seja por ele próprio ter sofrido ações decorrentes de tais processos, guardando-as para a posteridade. Pode-se considerar que ao manifestar a salvaguarda do objeto enquanto “obra de arte”, este artigo pretende afirmar que a evolução das técnicas construtivas e estilos arquitetônicos também fazem parte da história de tal objeto, agora numa dimensão muito particular do conhecimento. Assim, determinado patrimônio construído também guardaria testemunho dessas evoluções ao longo do tempo, permitindo o estudo e o entendimento dos processos evolutivos da arte edificatória, bem como das alterações quanto aos conceitos e às concepções arquitetônicas.

A Carta de Atenas*, redigida no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em 1933, no artigo 65 dá atenção ao patrimônio histórico dando a ele a dimensão de “patrimônio humano”:

(*) Não confundir com a Carta de Atenas de outubro de 1931, redigida pelo Escritório Internacional dos Museus, que tinha o patrimônio como tema específico.

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que dotam-na de sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem em si uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta, para os séculos futuros, essa nobre herança. (carta de Atenas, 1933, Art. 65)

Os preceitos de preservação em decorrência de valores históricos de determinada edificação não só permanecem, como foram ampliados. A incorporação de idéias de um patrimônio de interesse coletivo, que engloba edificações que preservam fatos ligados também ao dia-a-dia, à evolução de uma comunidade, ao desenvolvimento econômico da cidade, etc., coloca na discussão prédios que nem sempre possuem atributos estéticos significativos ou que tenham participação em momentos notáveis da história. Mas o seu valor reside no testemunho de acontecimentos, em princípio irrelevantes, mas que no seu conjunto são a própria história.

A importância do testemunho histórico de uma edificação veio a se estabelecer nas legislações que versam sobre o assunto. Desde o Decreto nº. 25 de 30 de novembro de 1937, que deu início ao processo oficial de preservação no Brasil, até as legislações municipais atuais, sempre a relevância histórica do objeto arquitetônico está presente, variando o grau de importância dos fatos. Este Decreto, em seu artigo 1º. diz que “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua *vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil*, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (grifo do autor).

A Constituição de 1988 torna a definição mais abrangente, classificando como patrimônio cultural “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Artigo 216).

A Lei do Município de Santa Maria nº. 3999, de 24 de setembro de 1996 estabelece no artigo 1º. que

Constitui Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no seu território, que seja de interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrente da atividade humana e do passar do tempo em virtude de:

a) Sua vinculação a fatos pretéritos memoráveis ou fatos atuais significativos; (...) (Lei Municipal nº 3999, Art. 1º.)

Nota-se, ao contrário da Constituição Federal, que o conceito é bem menos abrangente no tocante à relação do bem com os fatos históricos, ficando eles restritos a episódios “memoráveis” ou “fatos atuais significativos”. Ainda em âmbito municipal, são tímidas as medidas em estabelecer critérios objetivos para a preservação do patrimônio.

MEIRA (2004), citando informação da arquiteta Elena Graeff, da Prefeitura de Porto Alegre, a respeito dos critérios adotados naquele município, nos informa que

Atualmente, os critérios adotados referenciam-se em quatro instâncias de abordagem, quais sejam: a instância cultural-que considera os valores históricos e/ou referenciais para a população, a instância morfológica-que considera os valores sob a ótica da história da arquitetura, a instância técnica-que analisa os valores construtivos e a instância paisagística, que aborda a questão do bem com o seu entorno. (Meira, 2004, p.98)

O Município de Curitiba possui uma legislação bastante detalhada a respeito da preservação do patrimônio, definindo de forma clara os

instrumentos e políticas de preservação, inclusive as medidas compensatórias e de incentivo à preservação aos proprietários de imóveis listados como de interesse de preservação. São usados quatro critérios para a qualificação de uma edificação: *significado social*, *qualidade arquitetônica*, *qualidade construtiva* e *presença na paisagem*. É válido citar a definição dada para *significado social*, pois propõem um conceito bastante moderno:

(...) é a avaliação de 'carga' significativa que a edificação possui para a sociedade em que está inserida. Essa 'carga' pode ser a herança de um passado remoto de que a unidade é testemunho material ou a transmissão atual de valores simbólicos da comunidade.

Pode ser um testemunho reconhecido pela história oficial, textualmente difundida, ou resgatado pelos pesquisadores com base em fontes documentais, ou, então, consagrada pela história não-oficial.

(...) Este critério resulta da evolução, no sentido sócio-antropológico do conceito de VALOR HISTÓRICO, presente em todas as legislações de proteção de bens culturais.

Consiste numa qualidade extrínseca ao edifício, oposta a ele. A avaliação é feita a partir de uma pesquisa (...). Visa essa pesquisa saber o que significa para Curitiba, aquela unidade construída. E, ao mesmo tempo, o quanto perde a memória da cidade com o possível desaparecimento da mesma. (IPPUC, 2002, p. 27)

Mais modernamente outros aspectos têm sido levados em conta nas avaliações a respeito da importância de determinado bem. Algumas Cartas Patrimoniais (notadamente as Normas de Quito, de 1967 e a Declaração e o Manifesto de Amsterdã, ambos de 1975) ressaltam os valores de ordem econômica das edificações e em como determinado Monumento pode ser útil para um processo de sustentabilidade econômica da região em que está inserido. Deve-se destacar sob o ponto de vista da "economia", as vantagens que a preservação pode trazer, no sentido de evitar desperdícios provenientes de operações de demolição/construção. Numa época de recursos financeiros escassos, a

destruição de edificações ou conjuntos urbanos para “limpar o terreno” e possibilitar o surgimento de novas construções, representa não só a ameaça óbvia de perda da memória e identidade, mas o desperdício de significativas somas. A reciclagem de prédios, adaptando-os às necessidades da vida contemporânea é uma alternativa bastante aceitável, desde que não represente um grave risco de perda dos valores estéticos, técnicos, históricos e de memórias que eles possuem. A Declaração de Amsterdã afirma

que a conservação das construções existentes contribui para a economia de recursos e para a luta contra o desperdício, uma das grandes preocupações da sociedade contemporânea. Ficou demonstrado que as construções antigas podem receber novos usos que correspondam às necessidades da vida contemporânea (Declaração de Amsterdã, 1975)

Um dos principais argumentos para justificar a substituição de uma edificação antiga por uma nova é que, na maioria dos casos, as antigas não ocupam todo o potencial construtivo permitido nas legislações de Uso do Solo atuais, perdendo-se assim área construída com a consequente redução do valor econômico do solo em que a edificação está implantada.

Nas cidades que possuem legislação relativa ao Patrimônio Histórico é comum verificar-se a preocupação em se estabelecerem compensações financeiras para os proprietários de imóveis sujeitos à inscrição como “patrimônio”. A redução de impostos é o principal instrumento usado, mas cada vez mais vem sendo utilizado o “solo criado”, em que é permitida a transferência (venda) de potencial construtivo, não utilizado por uma edificação Tombada, para outros lotes.

A autenticidade de um bem passível de sofrer um processo de preservação é um dos principais pontos discutidos e questionados, haja vista o termo “preservação” sugerir, para muitos (leigos ou mesmo técnicos), a manutenção de um estado de “pureza original” do bem. A Carta de Brasília, de 1995 esclarece que

O significado da palavra autenticidade está intimamente ligado à idéia de verdade; autêntico é o que é verdadeiro, o que é dado como certo, sobre qual não pairam dúvidas. Os edifícios e lugares são objetos materiais, portadores de uma mensagem ou de um argumento cuja validade, no quadro de um contexto social e cultural determinado e de sua compreensão e aceitação pela comunidade, os converte em patrimônio. (...) (Carta de Brasília, 1995)

O mesmo documento admite que a autenticidade de um bem pode sofrer mutações ao longo do tempo, de acordo com as várias transformações a que ele está sujeito ao longo da sua existência. A Carta afirma “que as identidades nacionais continuam em processo de formação, o que dificulta ainda mais o estabelecimento de critérios únicos e invariáveis para o ‘autêntico’”. As transformações por que passam um bem são incorporadas a ele, num processo dinâmico de assimilação de diferentes estágios de tempo, culturas, e circunstâncias históricas:

A mensagem original do bem deve ser conservada quando não foi transformado e, portanto, permaneceu no tempo-, assim como a interação entre o bem e suas novas e diferentes circunstâncias culturais que deram lugar a outras mensagens diferentes, porém tão ricas como a primeira. Isso significa assumir um processo dinâmico e evolutivo. Assim é que a autenticidade também faz alusão a todas as vicissitudes às quais o bem foi sujeito ao longo de sua história e que, contudo, não alteraram seu caráter. (carta de Brasília, 1995)

Assim, pode-se considerar que se o bem não se conserva mais no seu estado original não significa que tenha perdido os seus valores, senão que lhe foram agregadas outras características decorrentes de uma evolução natural do meio social em que se encontra. A Carta de Veneza de 1964 admite em seu Artigo 11º. que “as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas (...)”.

É válido pensar que as modificações sofridas ao longo do tempo, podem ter sido a causa de determinado imóvel ter chegado aos dias atuais. Adaptações, reformas, acréscimos, etc., ao longo da existência

serviram para torná-lo adaptado às necessidades *do momento* da intervenção, resultando no prolongamento da vida útil do mesmo. A paralisia de uma edificação no tempo, pode torná-la obsoleta e conseqüentemente sem condições de suportar a dinâmica de mudanças econômicas, sociais, técnicas, etc. decretando assim o seu fim enquanto objeto com função útil.

CONCLUSÃO

Ao fim deste trabalho, pode-se afirmar que a sede atual da Associação Italiana de Santa Maria possui qualidades que a fazem merecedora de especial atenção em uma discussão sobre a validade da sua preservação.

Dentro dos conceitos e critérios analisados no capítulo 3, pode-se concluir que o “significado social” desta edificação é bastante expressivo. A carga de memórias que ela abriga ultrapassa os limites da comunidade ítalo-brasileira da cidade, que tem nela sua atual sede social e a de seus antepassados, atingindo inclusive as memórias e vivências da população em geral que, durante aproximadamente 50 anos, teve ali um importante equipamento público da área da saúde. Ademais, os fatos traumáticos de que o prédio é protagonista durante o período do Estado Novo e da 2ª Guerra Mundial, o fazem testemunha de circunstâncias históricas de abrangência nacional e mundial, com inevitáveis e notórias repercussões locais.

Embora bastante modificado em suas características originais (externas e internas), entende-se que estas descaracterizações se encaixam perfeitamente nos tópicos sobre autenticidade e as contribuições que uma edificação recebe ao longo do tempo. A dinâmica de transformações por que passou este prédio mostra a sua “disponibilidade” e flexibilidade em receber alterações e assim garantir sua vida útil ao longo destes 90 anos.

A dúvida que permanece é sobre as alterações feitas na sua fachada principal. Não foi possível chegar a uma conclusão a respeito das motivações que levaram a total descaracterização, senão que se pôde somente discorrer sobre hipóteses. Em uma delas, sugere-se que pudesse ter sido motivada pela xenofobia verificada na época. Sendo esta hipótese verdadeira, tem-se nesta edificação um marco simbólico da intolerância e dos perigos que ela representa. Embora tenha sido este um

fato negativo na trajetória dos descendentes de italianos da cidade, é inegável a importância histórica desta alteração ocorrida na edificação. A eventual falta de provas que apoiem esta hipótese não significa o descarte da mesma, senão que deve ser um motivo que instigue novas e mais aprofundadas pesquisas que a comprovem ou neguem.

Outra hipótese levantada, mais branda, dá conta da adaptação da fachada à arquitetura “moderna” adotada pelos governos da época. Verifica-se aí que esta fachada possui um relativo valor, já que mostra o quão longe pode ir o poder estabelecido (no caso, uma ditadura) na tentativa de dar uma imagem “oficial” aos seus próprios.

Conclui-se, dessa forma, que são passíveis de preservação a fachada principal e a sua volumetria, que se mantém original. Também se recomenda a manutenção de elementos que, de certa forma, ainda respeitam os originais: sendo necessária a substituição de, por exemplo, esquadrias e telhas, que seja por elementos de mesmo material e características estéticas.

Não se conclui ser fundamental para a manutenção da “memória” guardada por esta edificação, a preservação das áreas internas, dadas as muitas modificações ocorridas. É aceitável o projeto de uma nova disposição interna que esteja de acordo com as necessidades funcionais da entidade, bem como da necessária modernização das instalações, adaptando a edificação aos requerimentos das tecnologias atuais.

Finaliza-se considerando ser fundamental num processo de restauro a difusão da história que possui este prédio e do período crítico de que ele é protagonista. A sua arquitetura “neutra” atual não transmite para as pessoas que o utilizam (e a comunidade em geral) os valores que se verificou ele possuir.

BIBLIOGRAFIA

AINDA a doação do edifício da Sociedade Italiana ao estado. **Jornal A Razão**, Santa Maria, 20 de maio de 1942. p.03

APROVADA a dissolução da Sociedade Italiana de Santa Maria. **Jornal A Razão**, Santa Maria, 14 de maio de 1942. p. 04

BELÉM, J. **História do município de Santa Maria – 1797/1933**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000. 309 p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/decretolei25.htm>>. Acesso em 14 set. 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº 383 de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=DEL&secao=NJUILEGBRAS&numLei=000383&data=19380418&pathServer=www1/netacgi/nph-brs.exe&seq=000>>. Acesso em 23 out. 2004.

BRASIL. Constituição de 1988 de 05 de outubro de 1988. Artigo 216. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/const88.htm>>. Acesso em 14 de set. de 2004.

CARTA de Brasília de 1995 – Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartabrasilia.htm>>. Acesso em 14 de set. de 2004.

CIAM. Carta de Atenas de novembro de 1933. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-33.htm>>. Acesso em: 14 de set. de 2004.

CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã de outubro de 1975. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/declamsterda-75.htm>>. Acesso em 14 de set. de 2004.

COSTA BEBER, C. **Santa Maria 200 anos: história da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998. p.178-182.

COSTA, R. & DE BONI, L. A.. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est, 2001. Disponível em <<http://www6.via-rs.com.br/esteditora/textos/italianosRS.htm>>. Acesso em 07 out. 2004.

CURTIS, J. N. B. Preservação das edificações de interesse cultural em Porto Alegre. **Cadernos do DAFA**. [Porto Alegre]: [Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da UFRGS], n.4, abr. 1980.

DALMOLIN, C. R. Mordaça Verde-e-amarela: o Estado Novo e os ítalo-brasileiros na região central do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo: IFCH/ PPG História/ UPF, 1999. v.1, n.1, p. 84-97.

DALMOLIN, C. R. **A Política nacionalista do Estado Novo e a comunidade ítalo-brasileira através do Jornal A Razão**. 2002. 17f. Monografia (Especialização em História da América Latina: O Cone Sul) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2002.

DOADO ao governo do estado o patrimônio da antiga sociedade italiana de Santa Maria. **Jornal A Razão**, Santa Maria, 05 de maio de 1942. p.03.

ICOMOS. Carta de Veneza de maio de 1964. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/veneza-64.htm>>. Acesso em: 14 de set. de 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Curitiba na prática**: Estágio aplicado em gestão urbana - patrimônio histórico. Curitiba, 2002. p. 27-30.

ISAIA, A. **Sociedades Italianas no Rio Grande do Sul e em Santa Maria**. Monografia sem publicação. Santa Maria, 1996.

JÁ EDITORES. **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. [Porto Alegre]: Já Editores, 1998. p.161-172/ 251/ 256-260/ 266.

MANIFESTO de Amsterdã de outubro de 1975 – Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/manifamsterda-75.htm>>. Acesso em 14 de set. de 2004.

MARCHIORI, J. N. C. & NOAL FILHO, V. A. **Santa Maria - Relatos e Impressões de Viagem**. Santa Maria: UFSM, 1997. 295p.

MEIRA, A. L. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. 207p

OEA. Normas de Quito de dezembro de 1967. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/quito-67.htm>> . Acesso em 14 de set. de 2004.

RIOS, A. M. **Ser ou não ser italiano – descendentes de imigrantes em Santa Maria durante o Estado Novo.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SANTA MARIA. Lei Municipal nº 3999 de setembro de 1996. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural de Santa Maria e dá outras providências. Disponível em <<http://www.camara-sm.rs.gov.br/Leis/Ano1996/3999.htm>>. Acesso em: 14 set. 2004.

STEFANELLO, C. R. D. & RODRIGUES, R. A. As sociedades mutuais italianas na região central. In: SEMINÁRIO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO, 7., 2003, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2003.

ANEXO:
IMAGENS DA SEDE DA AISM

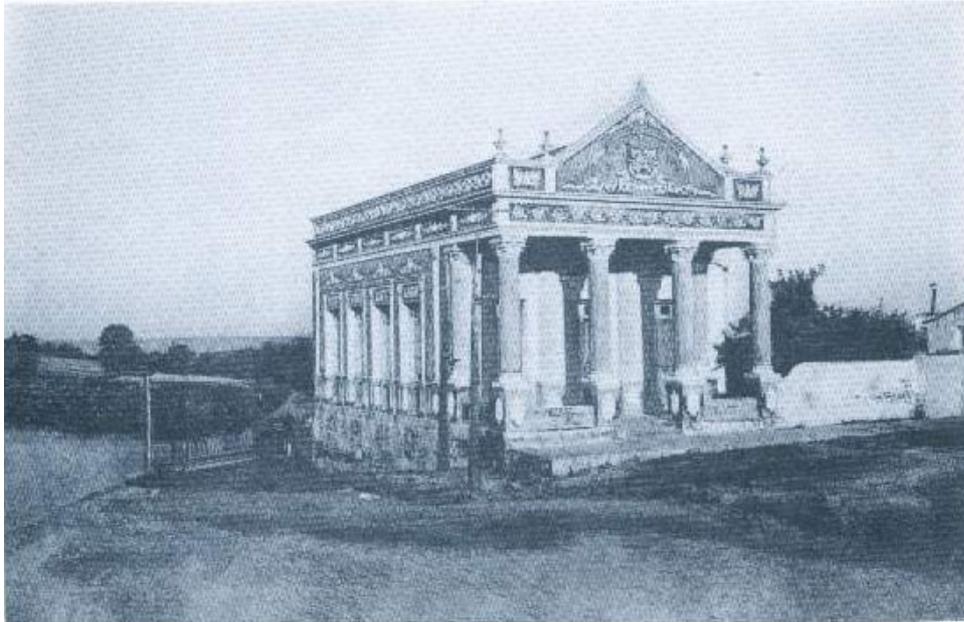


Fig. 1: Primeira sede da *Società Italiana di Mutuo Soccorso*
(fonte: MARCHIORI & NOAL FILHO, 1997. p.105)



Fig. 2: Foto atual da primeira sede da *Società*
(foto do autor)

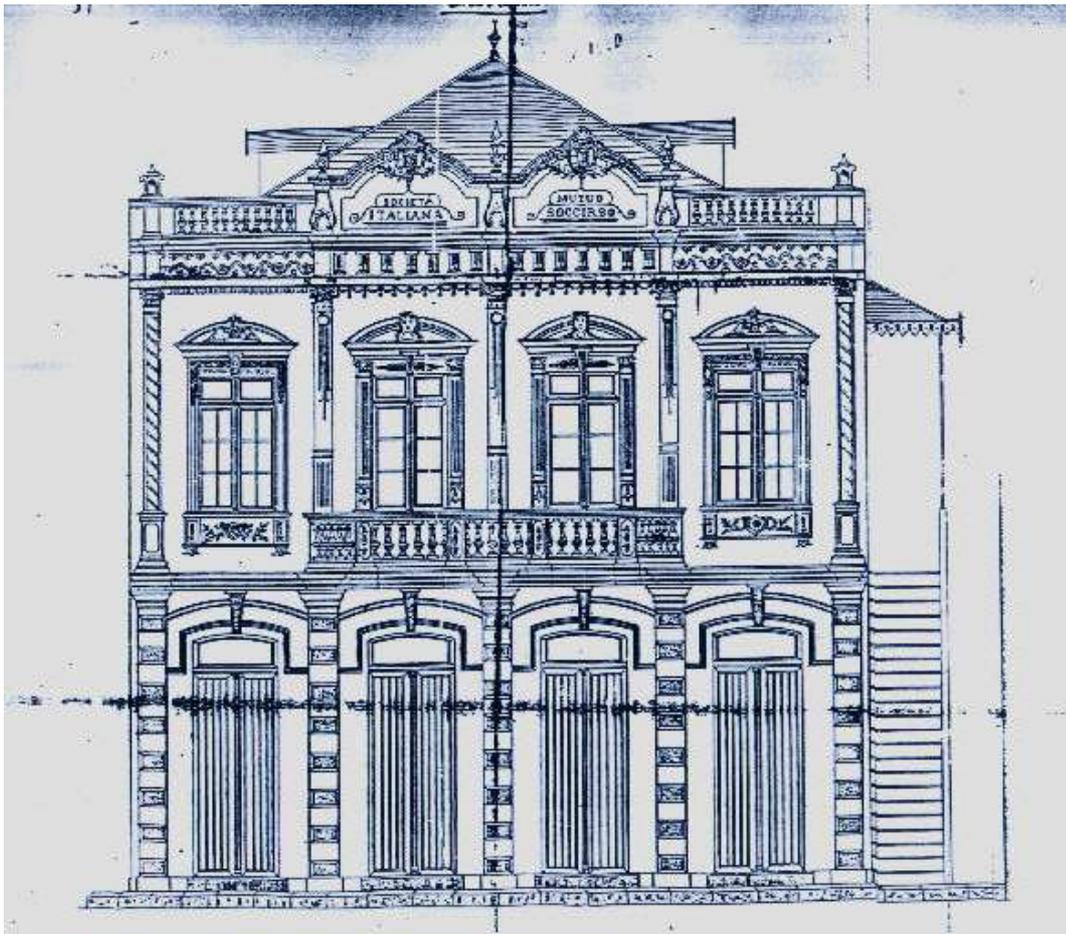


Fig. 3: Projeto original da sede da *Società* na Rua do Acampamento -
Projeto de Isidoro Grassi (não executada)
(fonte: *Acervo de Cátia Dalmolin*)

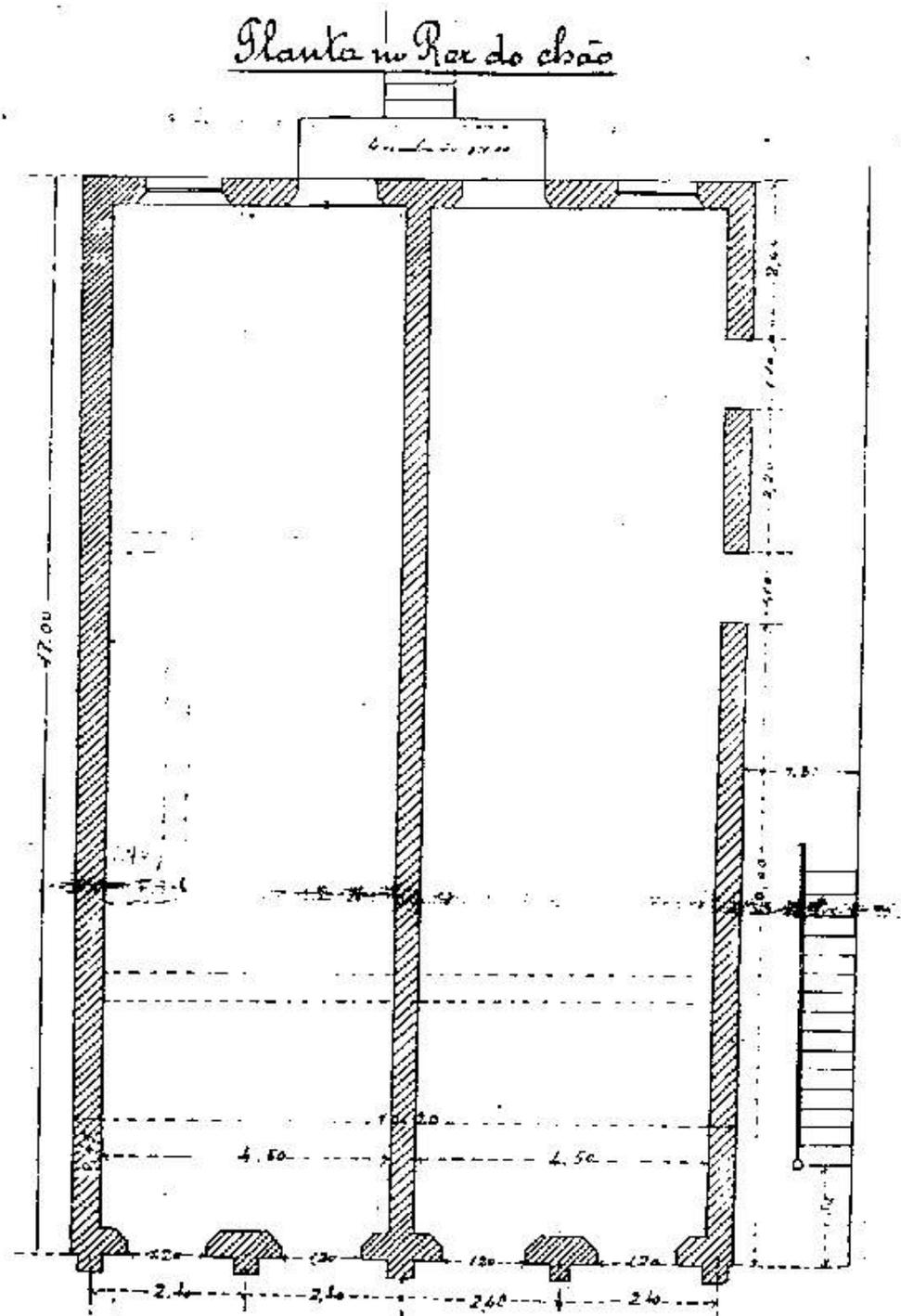


Fig. 4: Planta do térreo da *Società* (projeto)
 (fonte: Acervo de Cátia Dalmolin)

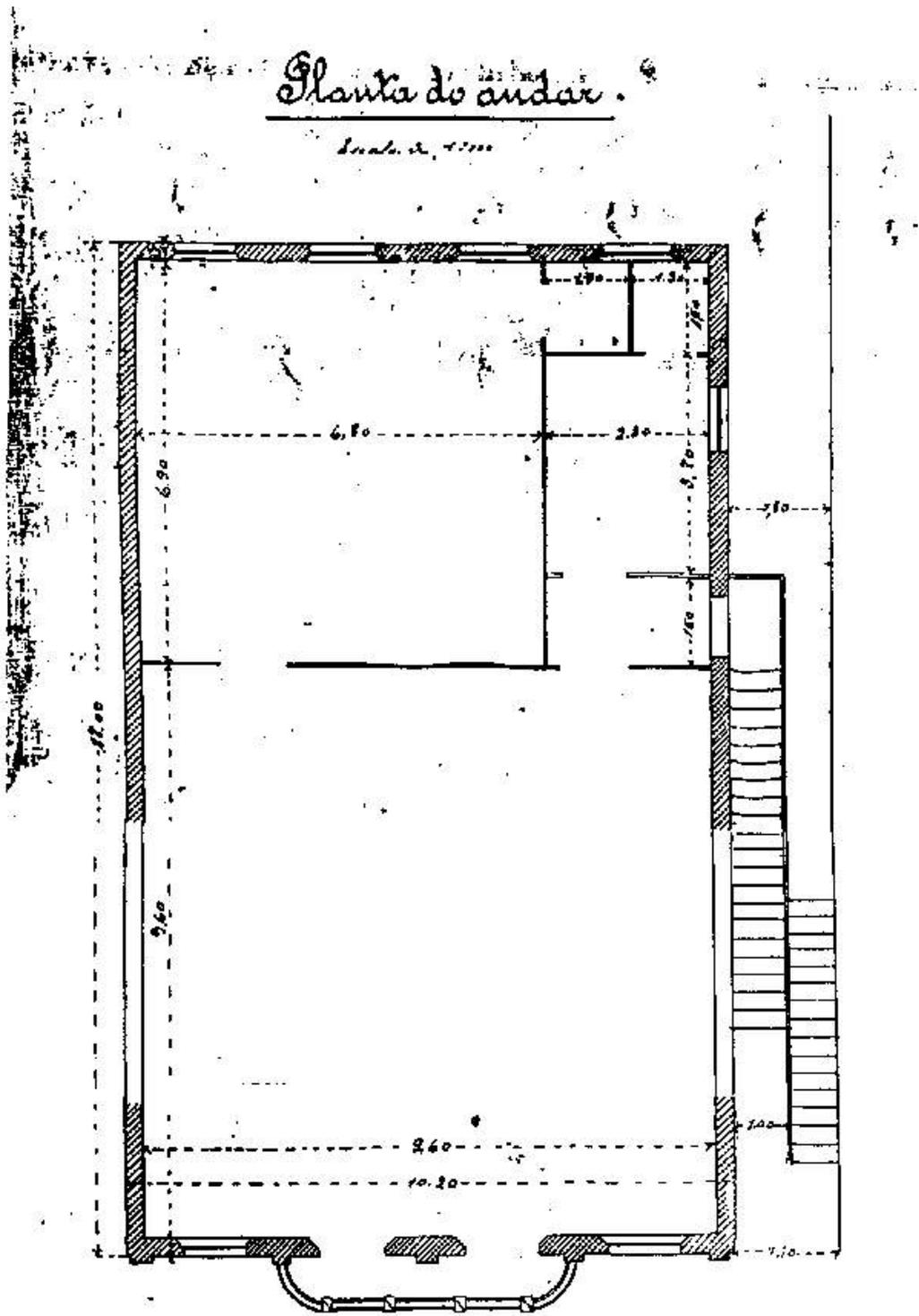


Fig. 5: Planta do 2º. pavimento da Societá (projeto)
(fonte: Acervo de Cátia Dalmolin)

Planta do Forão

Escala 1:50

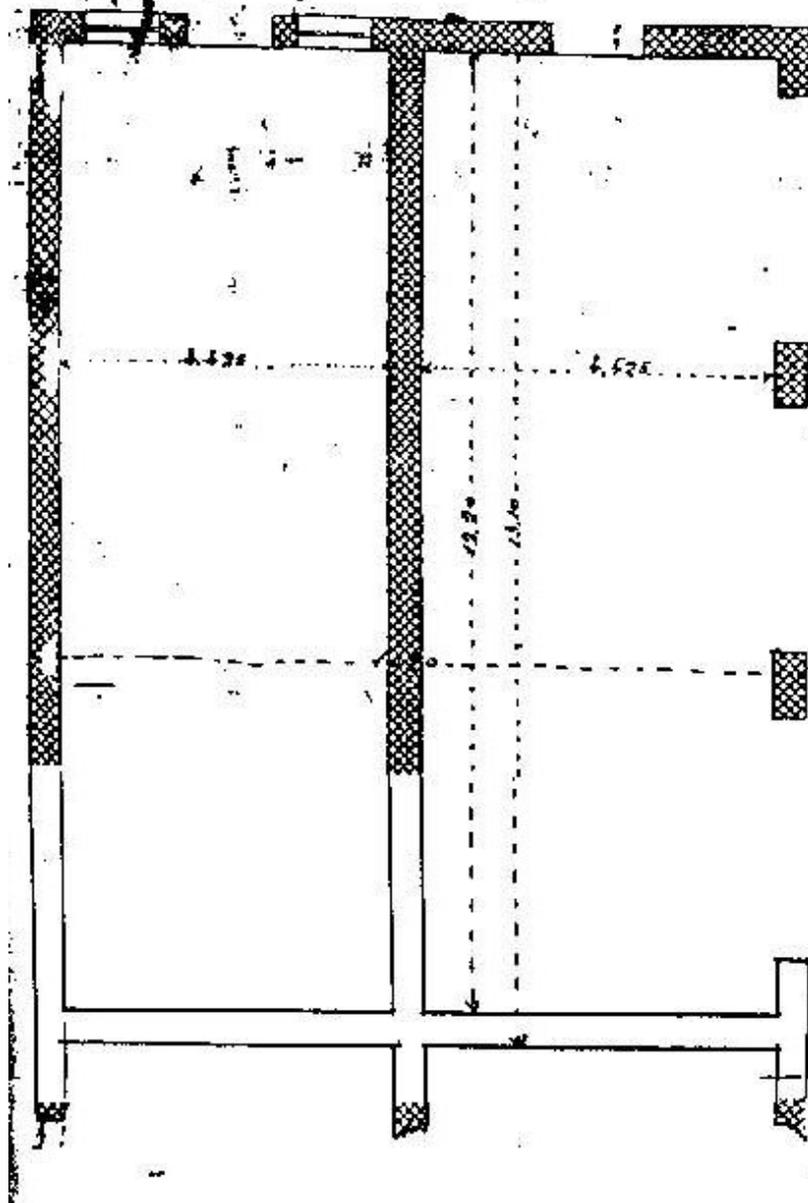


Fig. 6: Planta do subsolo da *Società* (projeto)
(fonte: Acervo de Cátia Dalmolin)

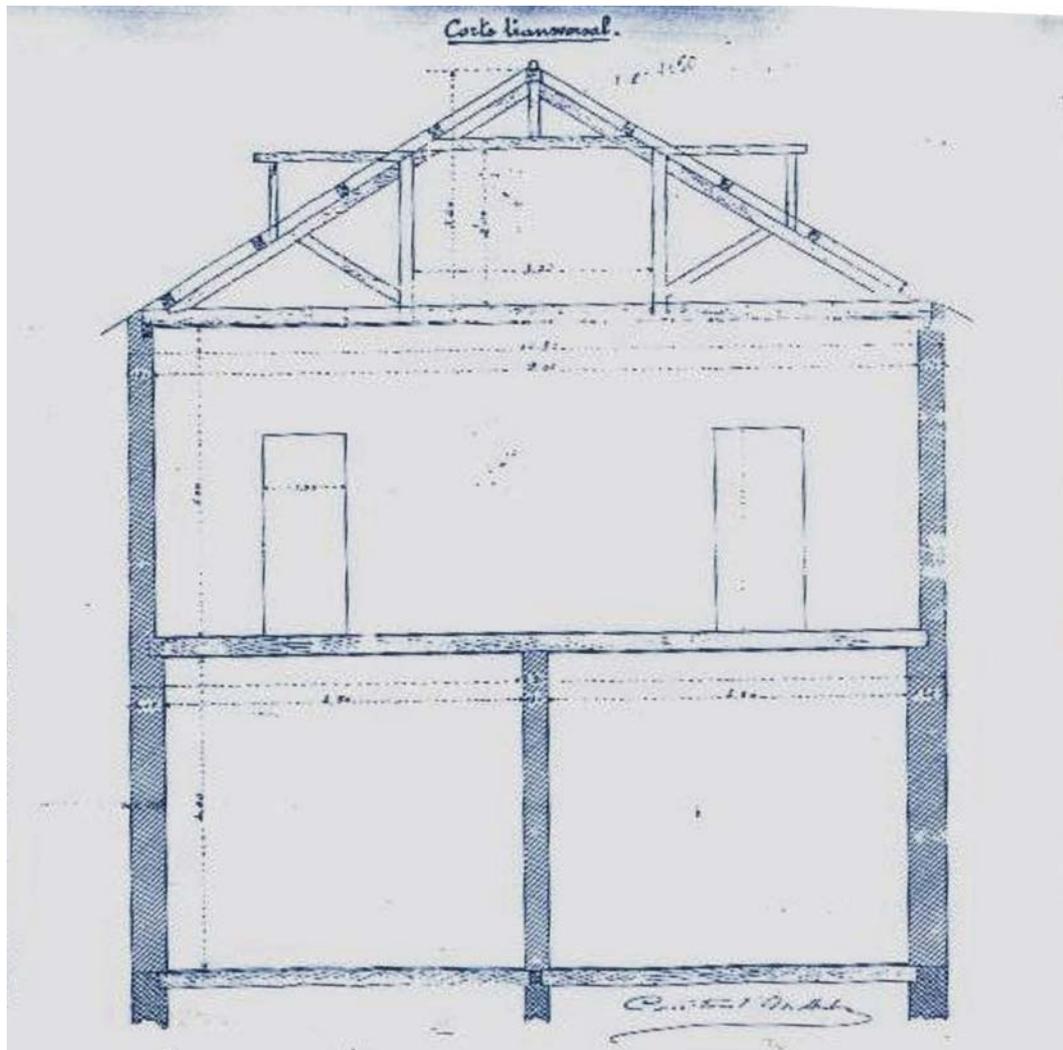


Fig. 7: Corte transversal (projeto)
(fonte: Acervo de Cátia Dalmolin)

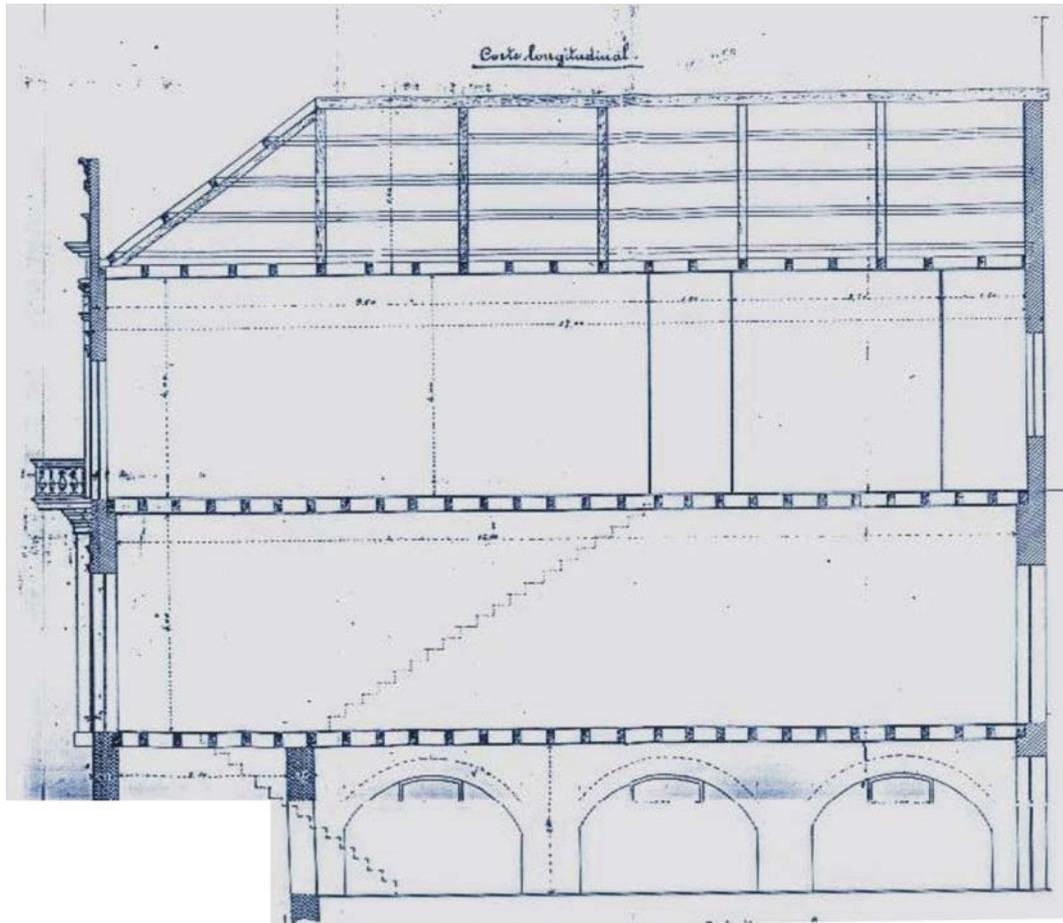


Fig. 8: Corte longitudinal (projeto)
(fonte: Acervo de Cátia Dalmolin)

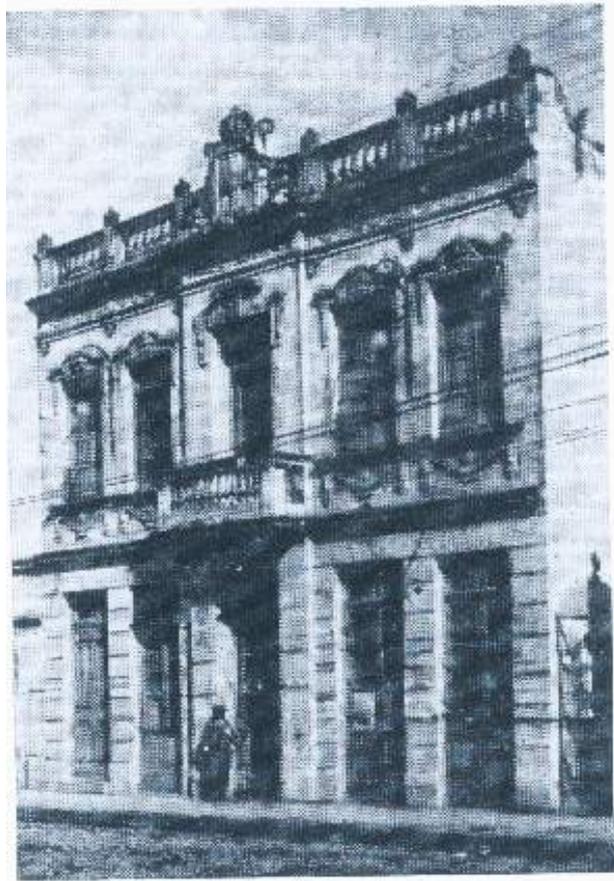


Fig. 9: Sede da *Società* em meados dos anos 30
(fonte: MARCHIORI & NOAL FILHO, 1997. p.105)

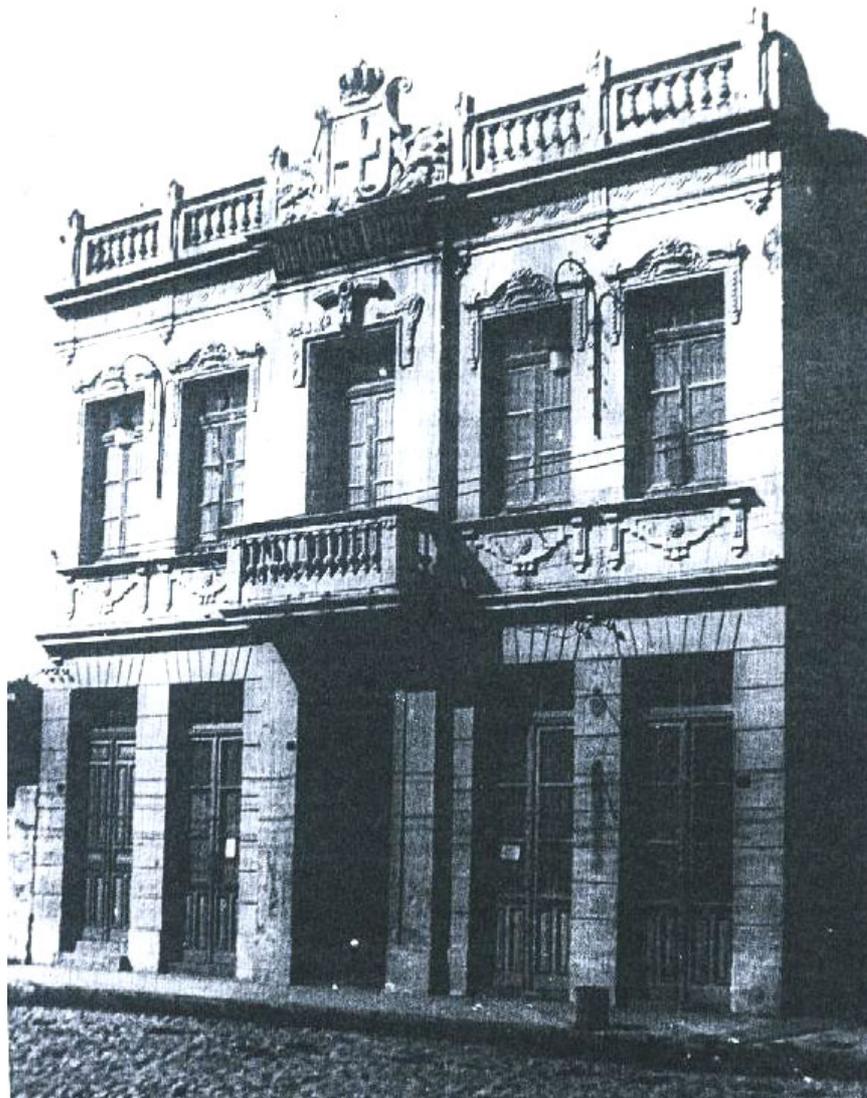


Fig. 10: Sede da *Società* entre 1938 e 1941: no alto, o brasão da Casa de Savóia, família real Italiana. Abaixo dele, a placa identifica o uso do salão como Biblioteca Pública

(fonte: ISAIA, 1996)

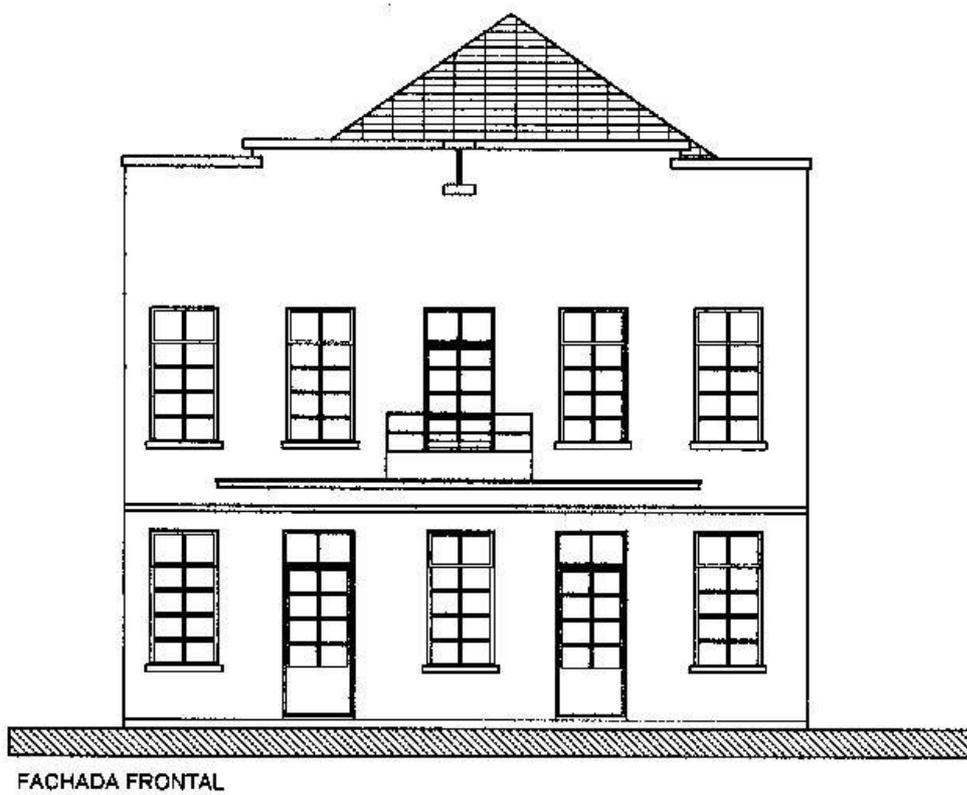


Fig. 11: Fachada atual da AISM, modificada após 1942
(fonte: José Zanella)

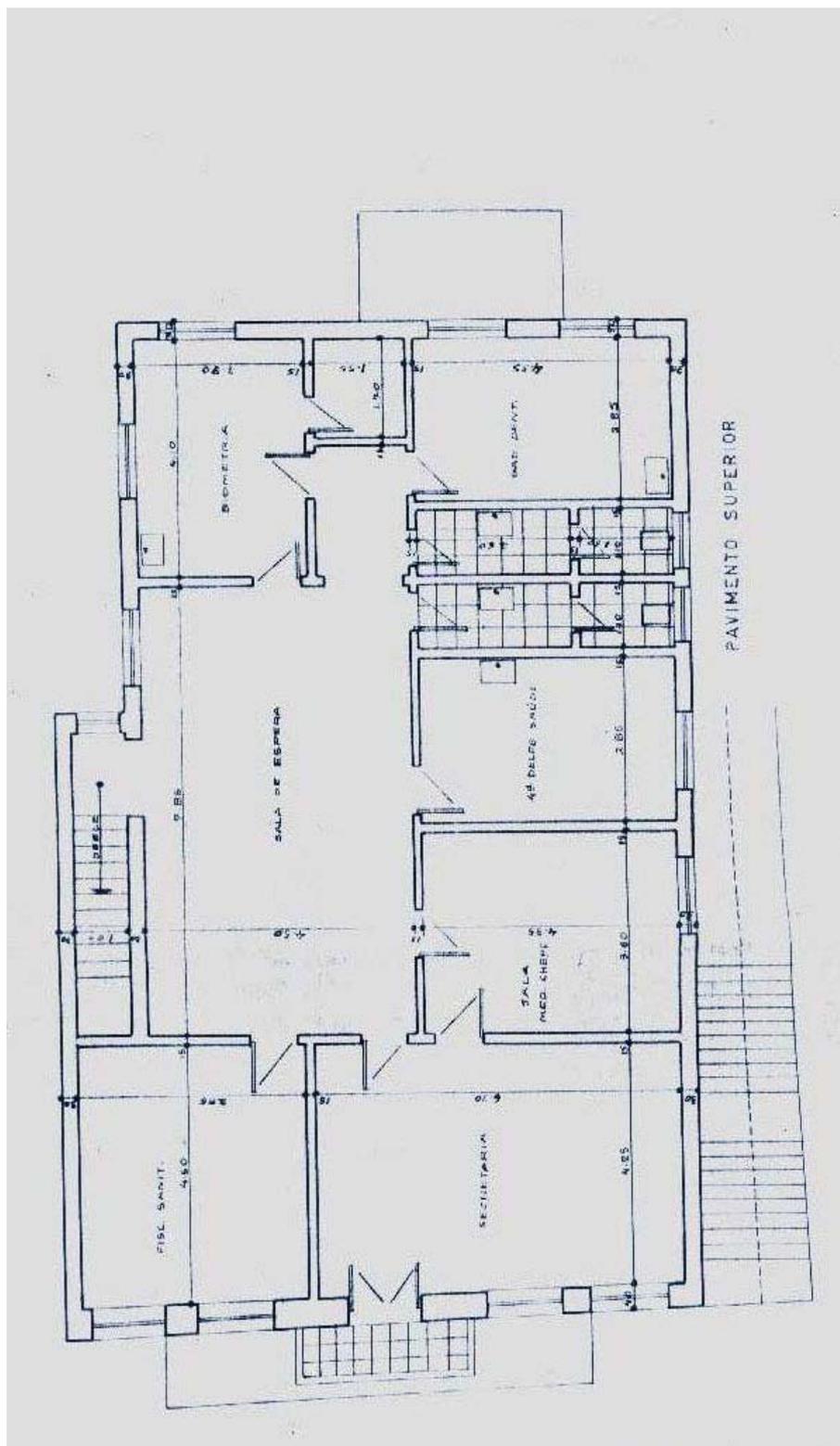


Fig. 13: Planta do Posto de Saúde em 1969 (2º. pav.)
(fonte: Secretária de Obras do Estado)

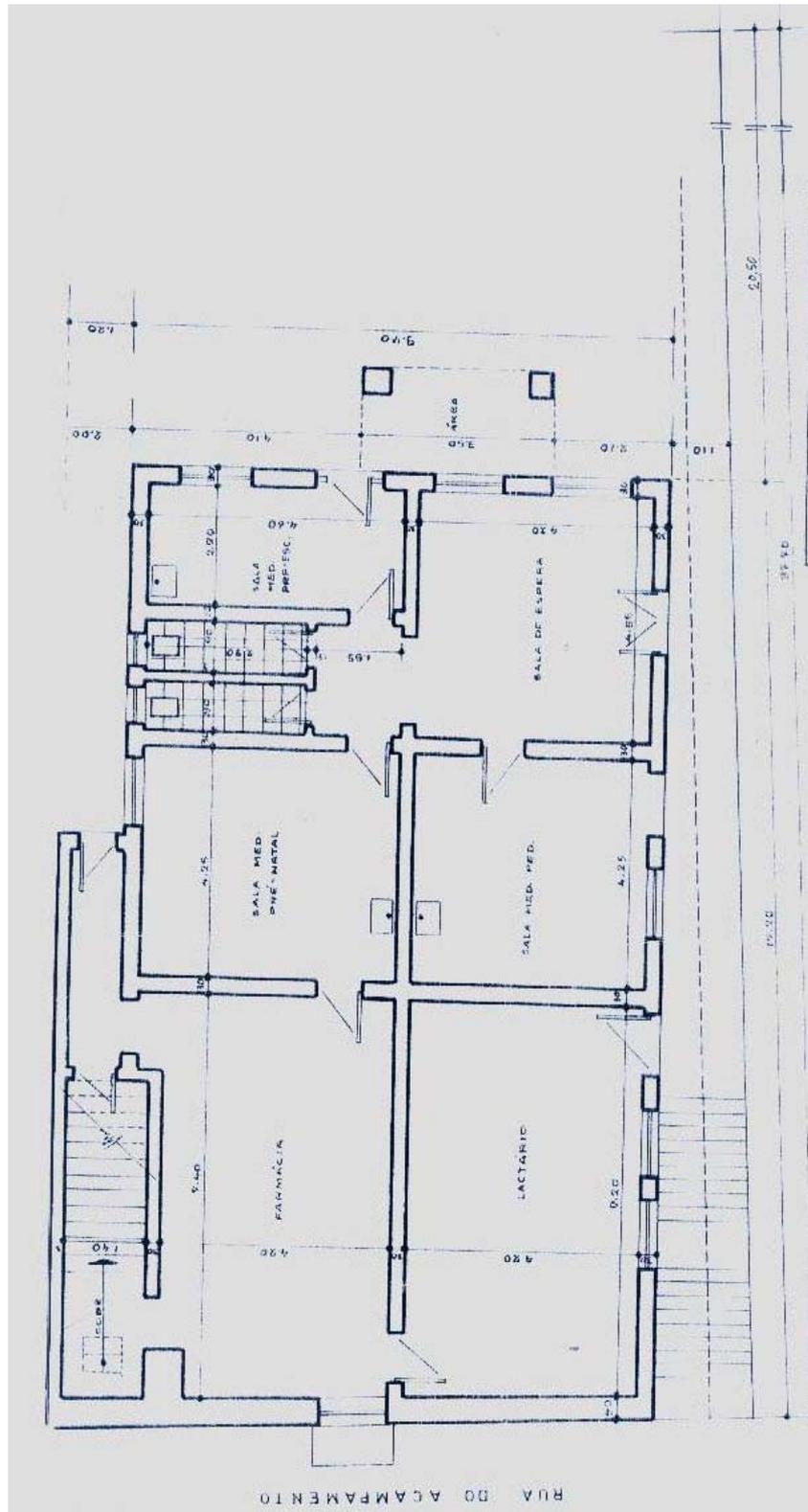


Fig. 14: Planta do Posto de Saúde em 1969 (subsolo)
 (fonte: Secretária de Obras do Estado)

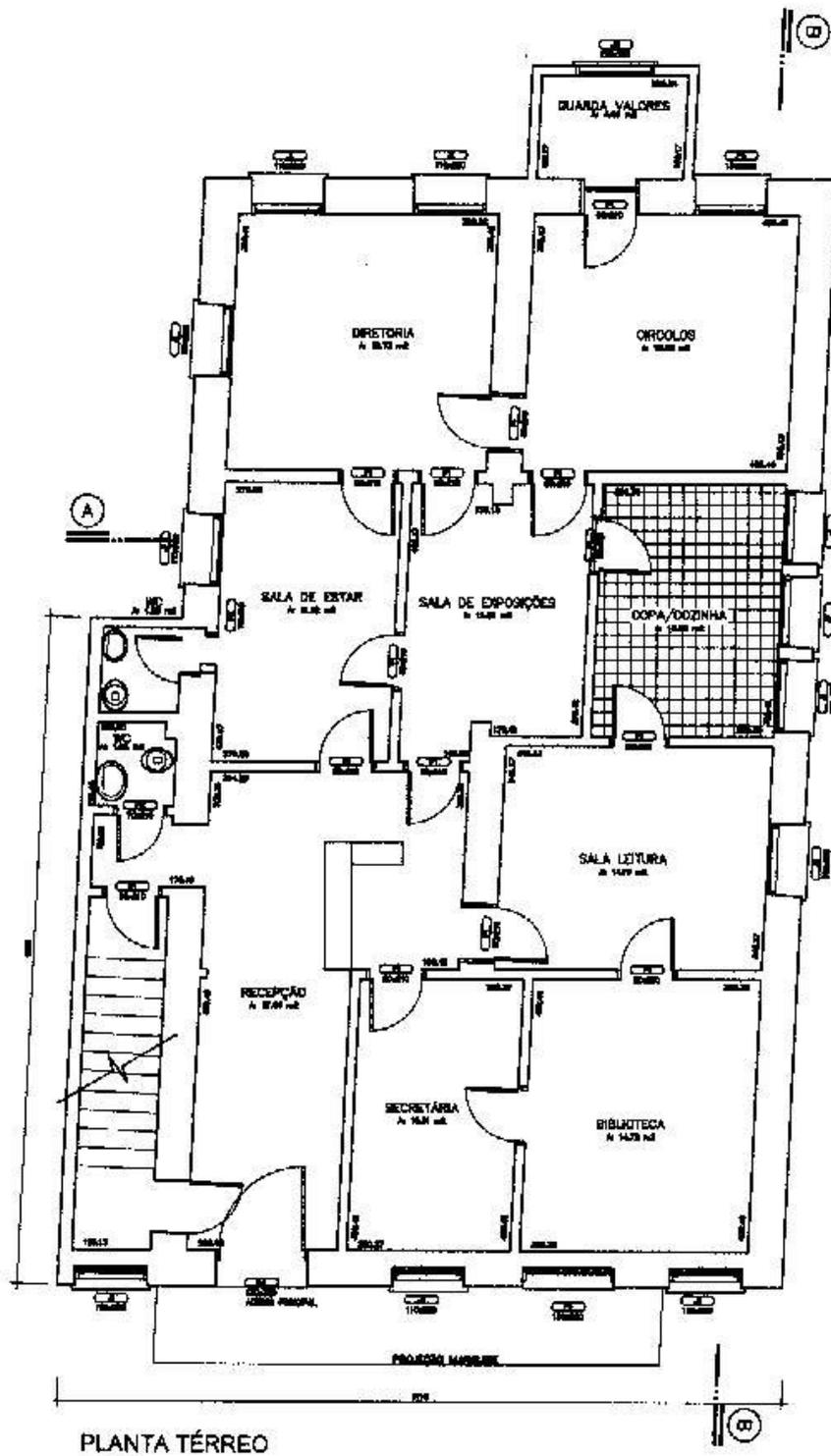
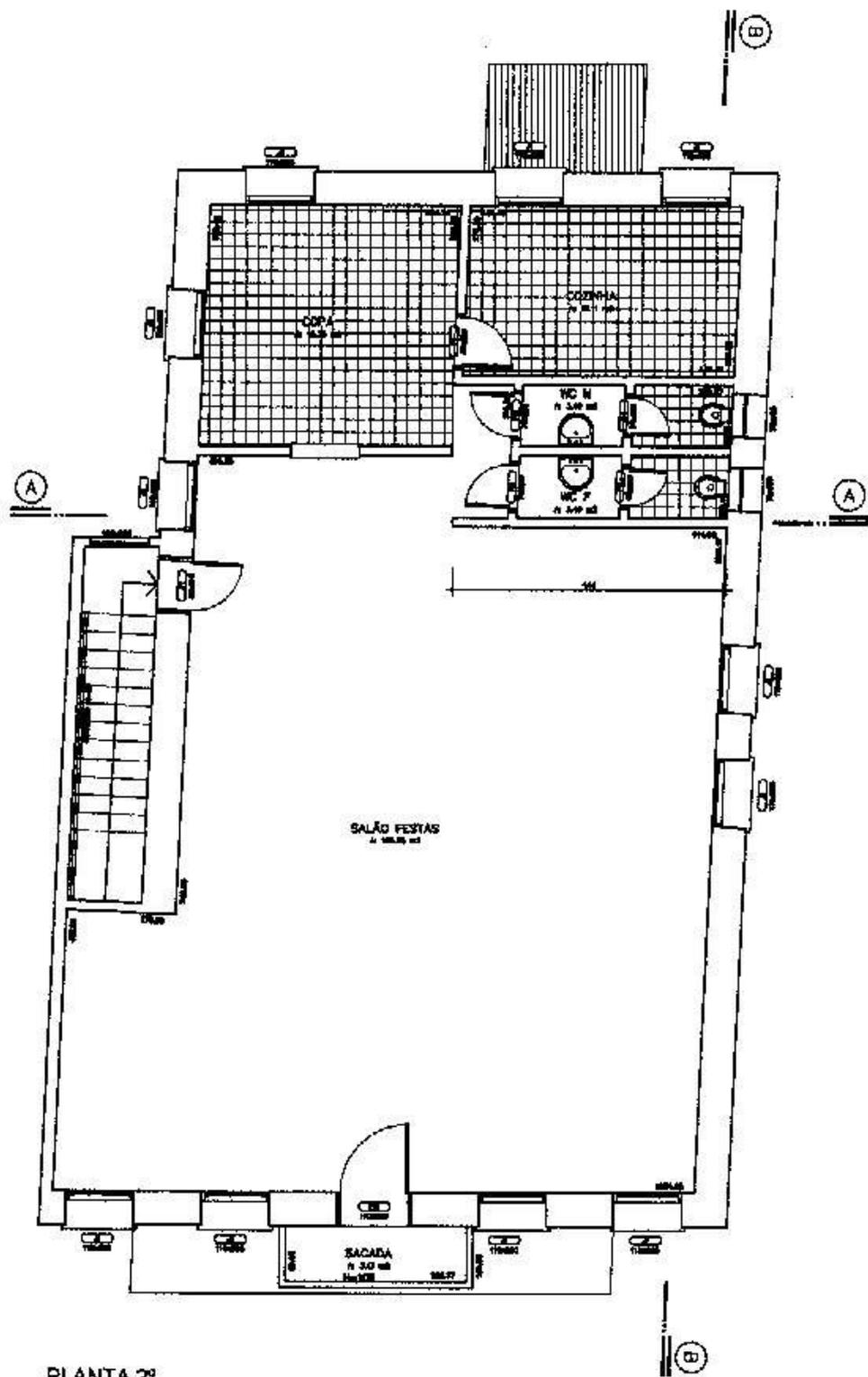


Fig. 15: Planta atual da AIMM (têrreo) - (fonte: José Zanella)



PLANTA 2º
PAVIMENTO

Fig. 16: Planta atual da AISM (2º. pav.) - (fonte: José Zanella)

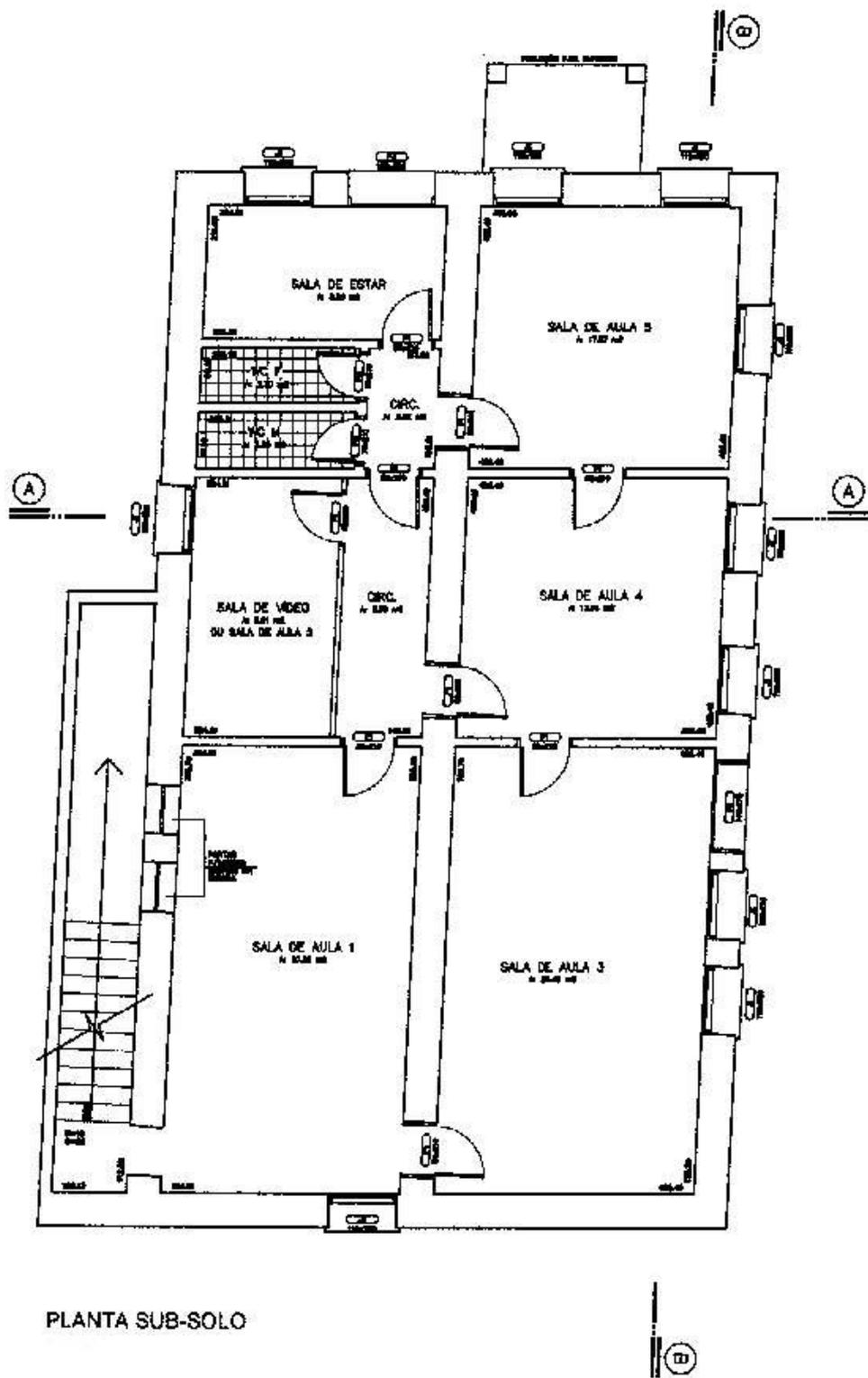


Fig. 17: Planta atual da AISM (subsolo) - (fonte: José Zanella)

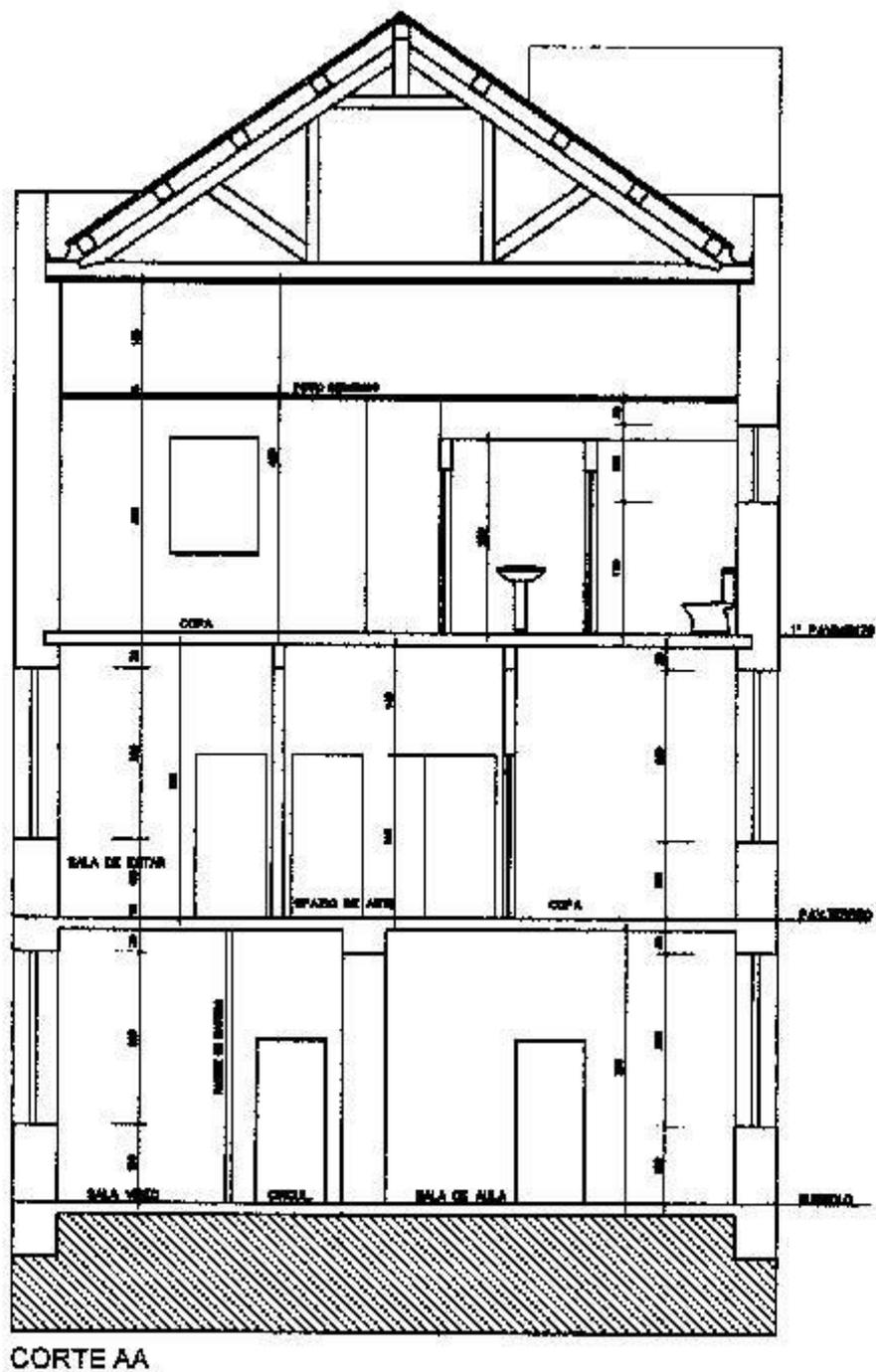
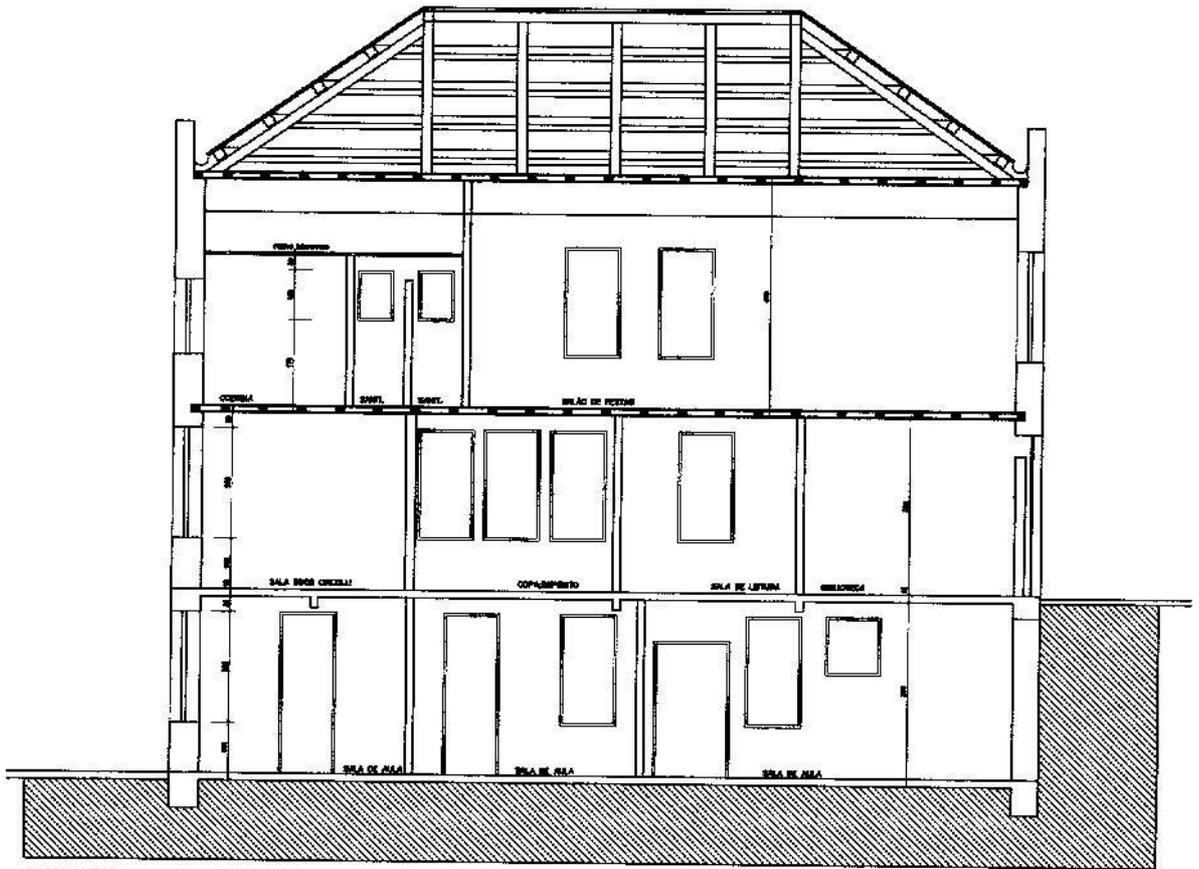


Fig. 18: Corte transversal atual
 (fonte: José Zanella)



CORTE BB

Fig. 19: Corte longitudinal atual
(fonte: José Zanella)

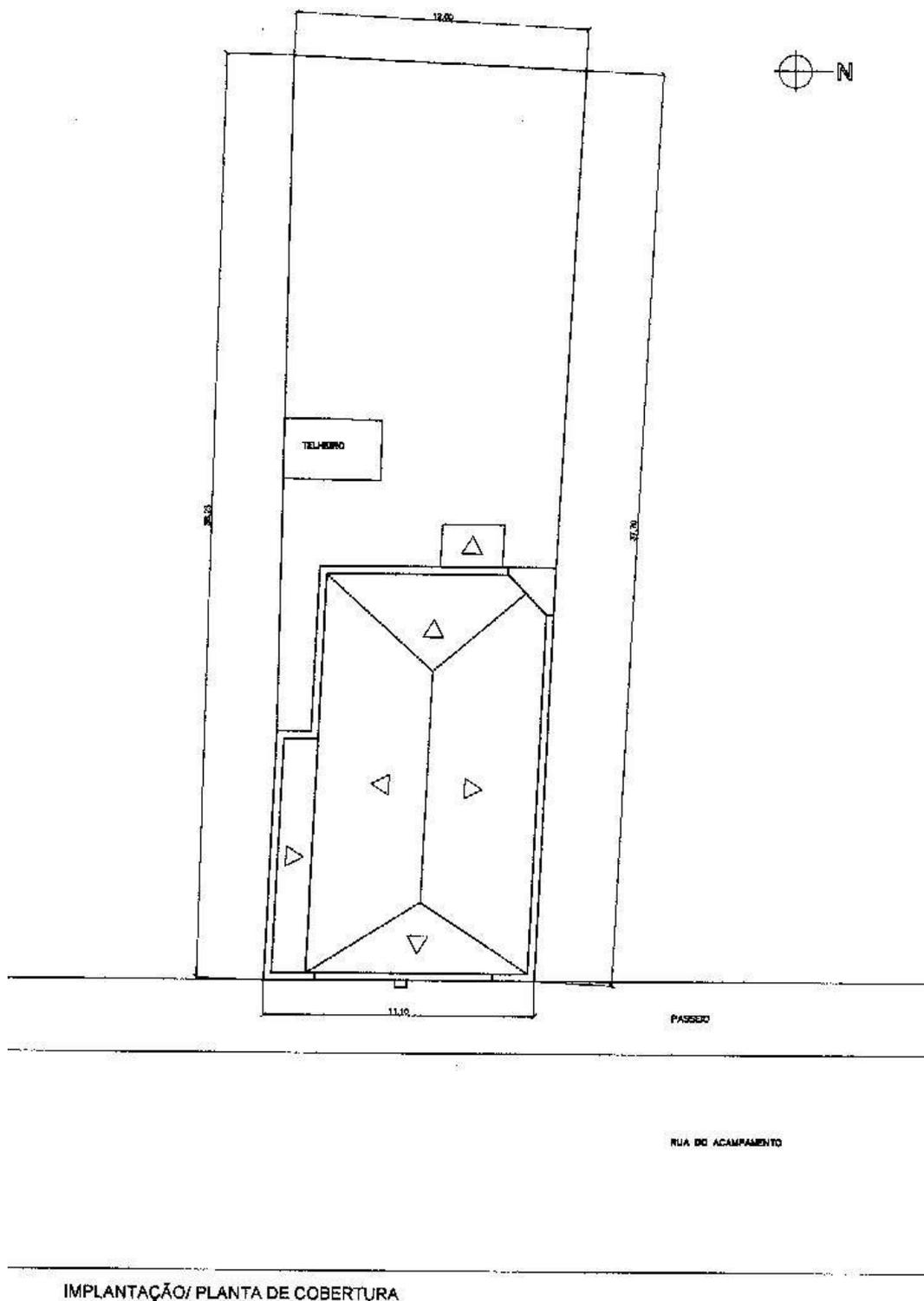


Fig. 20: Implantação/ planta de cobertura
 (fonte: José Zanella)



Fig. 21: Fachada atual da AISM
(foto do autor)



Fig. 22: Fachada posterior
(foto do autor)



Fig. 23: Cobertura
(foto do autor)



Fig. 24: Rua do Acampamento nos anos 20. A sede da Società é o primeiro sobrado à direita

(fonte: MARCHIORI & NOAL FILHO, 1997. p.105)



Fig. 25: foto atual da Rua do Acampamento, no mesmo ponto da Fig. 24

(foto do autor)



Fig. 26: Recepção - (foto do autor)



Fig. 27: Secretaria - (foto do autor)



Fig. 28: Sala da Direção - (foto do autor)



Fig. 29: Biblioteca - (foto do autor)



Fig. 30: *Spazio d'Arte* - (foto do autor)



Fig. 31: *Salão de Festas* - (foto do autor)



Fig. 32: Inauguração, em 1913, no Distrito de Arroio Grande, do monumento aos soldados italianos mortos na Guerra da Líbia.

Destruído em 1942.

(fonte: acervo da AISM)